



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 76

DISTRITO FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 17 de junho próximo, às 15 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 3.939, de 1958, na Câmara dos Deputados, e 75, de 1958, no Senado Federal) que estende aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social, os benefícios do art. 3.º e respectivos parágrafos, da Lei n.º 3.322, de 26 de novembro de 1957.

Senado Federal, em 26 de maio de 1958

1.º Secretário, no exercício da Presidência
Senador Cunha Melo

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de julho próximo, às 15 horas no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.217, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 74, de 1958, no Senado Federal) que fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Senado Federal, em 13 de junho de 1958

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellaco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira

Saulo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerganaiac Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Melo.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire

Domingos Vellaco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário, Luiz Nabuco (Diretor

Gerai da Secretaria.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Benedito Vasconcelos.

Gaspar Veloso (1).

Ruy Carneiro.

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lino Prestes.

(1) Substituto temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odonegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente

Alô Guimarães.

Mendonça Clark.

Lima Teixeira (1).

Alfonso de Albuquerque.

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães.

Lino Prestes.

(1) Substituto temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.

Secretário: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Públio de Melo — Vice-Presidente.

Nelson Faria.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Leocádia da Rocha.

Reginaldo Fernandes.

Secretaria — Diva Galvão.

Reuniões — Sextas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Viana.

Lima Guimarães.

Quirino Gomes.

Paulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Fausto Cabral.

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Osvaldo Mader.

Lino de Mattos.

Novais Filho.

Arno Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Velloso.
Otacílio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Lino Prestes.
Mem de Sá.
Secretário: Renato de Almeida
Chermon.
Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente (*).
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3 — Públio de Mello.
4 — Rui Palmeira.
5 — Saulo Ramos (**).
(*). Substituído interinamente, pelo Senador Julio Leite.
(**) Substituído interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
Secretaria — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Georgino Avelino.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Lourival Fontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Moura Andrade.
Secretário: J. B. Castelo Branco.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Ezechias da Rocha.
Vivaldo Lima.
Secretaria — Diva Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente (**).
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Primio Beck.
Lino de Mattos.
Waldemar Santos.
Sylvio Curvo.
João Arruda.
Arlindo Rodrigues (*).
(*). Substituído temporariamente pelo Senador Gomes de Oliveira.
(**) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.
Secretário — Pedro de Carvalho Miller.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caetano de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Sá Tinoco.
Alencastro Guimarães.
Sylvio Curvo.
Jorge Maynard.
Secretaria: Romilda Duarte.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ari Vianna.
Nelson Figueira.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 130,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 27,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excecionadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Caetano de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretaria: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Coimbra Bueno.
Novais Filho.
Secretaria: Maria Cherubina Costa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filito Müller.
Secretaria: José da Silva Lisboa.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)
Lino de Mattos.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga

Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
L'curgo Leite.
Sylvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.
Secretaria — Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n.º 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Fontes.
Caetano de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sá Tinoco.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Carneiro.
Filito Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Atas das Comissões
Comissão de Educação e Cultura

ATA DA 6.ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 1958.

Aos doze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e oito, reúne-se, sob a presidência do Sr. Mourão Vieira, a Comissão de Educação e Cultura, presentes os Senhores Públio de Mello, Mem de Sá, Reginaldo Fernandes e Nelson Figueira. Após aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

— ao Sr. Públio de Mello o Projeto de Lei da Câmara n.º 70, de 1958, que dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério de Educação e Cultura, e dá outras providências;

— ao Sr. Reginaldo Fernandes o Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1958, que aprova o Convênio Cultural entre o Brasil e o Uruguai;

— ao Sr. Mem de Sá o Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1958, que concede o auxílio de Cr\$ 20.000.000,00 à Juventude Musical Brasileira para construção da Universidade Internacional de Música.

A seguir, a Comissão aprova parecer do Sr. Reginaldo Fernandes sobre as emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1956, que assegura ao aluno de grau médio gratuidade de matrícula por motivo de falecimento de pai ou responsável — pela aprovação da subemenda n.º 2 da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da emenda n.º 2, de plenário, e da subemenda à emenda n.º 1-C da Comissão de Finanças.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Diva Gallotti, Secretária, lavro a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 61.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 16 DE JUNHO DE 1958

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

Sumário

PROJETOS DE LEI CHEGADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projetos de Lei da Câmara:

— n.º 104 (na Câmara dos Deputados: 1.452-B, de 1956), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para despesas relativas a inspeções procedidas no Banco do Estado do Paraná.

— n.º 105 (na Câmara dos Deputados: 2.728-B, de 1957), que cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.

— n.º 106 (na Câmara dos Deputados: 2.713-B, de 1957), que concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 ao Município de Machado, no Estado de Minas Gerais.

REQUERIMENTOS DEFERIDOS

— ns. 243 a 245, do Sr. Othon Mäder, solicitando informações procedidas no Banco do Estado do Paraná.

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Domingos Vellasco: Política internacional. — Pan-Americanismo. — Comentário às cartas recentemente trocadas entre

os Presidentes Juscelino Kubitschek e Dwight Eisenhower. — O nacionalismo nos países subdesenvolvidos e o combate ao comunismo.

Senador Lino de Mattos: Considerações sobre os gastos com a construção de Brasília em relação às condições precárias dos edifícios de repartições federais.

Senador Prisco dos Santos: Reverência à memória de Inocêncio Serzedelo Correa.

Senador Júlio Leite: Congratulações com o Sr. Mendonça Clark pelo ingresso deste no Partido Republicano.

Senador Othon Mäder: Justificativa dos Requerimentos ns. 243 a 245, antes referidos.

Senador Mem de Sá: Congratulações com a imprensa pelo aniversário do «Correio da Manhã».

Senador Neves da Rocha: Dificuldades de importação de material destinado ao reaparelhamento da rede telefônica do sul baiano. — Apelo do Instituto do Cacau.

MATERIAS VOTADAS

Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1958, que isenta da taxa de contribuição de previdência para os Institutos e Casas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública cujas Diretorias não percebem

remuneração. (Aprovado em preliminar quanto à constitucionalidade).

Requerimentos

— n.º 237, de 1958, para inserção em ata de um voto de congratulações com o «Diário de Notícias», pelo transcurso de mais um aniversário desse órgão da imprensa carioca. (Aprovado).

— n.º 238, de 1958, para inserção em ata de um voto de congratulações com a «Última Hora», pelo transcurso de mais um aniversário desse órgão da imprensa carioca. (Aprovado).

— n.º 241, de 1958, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 96, de 1958, que estende aos militares da Marinha incapacitados em consequência de ferimentos em combate ou acidente em serviço ou doença contrada ou agravada no teatro de operações da última guerra, os benefícios da Lei n.º 2.378, de 24 de dezembro de 1954. (Aprovado).

— n.º 242, de 1958, do Sr. Nelson Fermo, de transcrição nos anais de entrevista concedida pelo Sr. Oswaldo Aranha à imprensa. (Aprovado).

MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1958, acima referido.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Lameira Bittencourt — Victorino Freire — Púlio de Mello — Waldemar Santos — Mendonça Clark — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — João Arruda — Novais Filho — Nelson Fermo — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Carlos Lindenberg — Ary Vianna — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Bernardes Filho — Benedito Valladares — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Domingos Vellasco — Sylvio Curvo — Filinto Müller — Othon Mäder — Alô Guimarães — Krieger — Mem de Sá — (43).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Sylvio Curvo, servindo de 1.º Secretário, dá conta do seguinte

Expediente

MENSAGEM

N.º 82, de 1958

(N.º de Ordem da Presidência: 176)

Presidência da República
Gabinete Civil

Rio de Janeiro, D.F. — Em 12 de junho de 1958.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Mensagem do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação dessa Casa do Congresso Nacional o nome do Deputado Gustavo Capanema para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Cesário Alvim Filho.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e consideração. — Victor Nunes Leal, Chefe do Gabinete Civil.

N.º 176

Senhores Membros do Senado Federal:

Em cumprimento ao disposto no art. 76, § 1.º, da Constituição, e nos termos do art. 4.º da Lei n.º 830, de 23 de setembro de 1949, tenho a honra de submeter à aprovação do Senado Federal o nome do Deputado Gustavo Capanema para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Cesário Alvim Filho.

O Deputado Gustavo Capanema, que é bacharel em Direito, exerceu com eficiência, brilho e patriotismo, como é do conhecimento geral, funções da maior relevância na administração pública, entre as quais menciono as de Secretário de Estado dos Negócios Interiores e de Interventor Federal, no Estado de Minas Gerais, e, finalmente, a de Ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde, no período de julho de 1934 a outubro de 1945.

Além de ter exercido esses postos no âmbito da alta Administração e do Poder Executivo, o Deputado Gustavo Capanema viu-se distinguido com a escolha de seu nome para representante do Estado de Minas Gerais na Assembleia Constituinte de 1946 e na Câmara dos Deputados, nas legislaturas de 1946 a 1950, de 1951 a 1955, e na atual. No desempenho do mandato, o Deputado Gustavo Capanema teve oportunidade de prestar novos e assinalados serviços ao País, salientando-se expressivamente pela inteligência, tato e ponderação, qualidades que o elevaram, mais de uma vez, à posição de líder da Maioria naquela Casa do Congresso.

Estou seguro de que, pela sua cultura, seu devotamento ao interesse público e sua exemplar probidade, o Deputado Gustavo Capanema reúne todos os requisitos para bem servir à Nação e ao Egrégio Tribunal de Contas, no exercício do cargo, efetivo, de Ministro do mesmo Tribunal.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1958. — Juscelino Kubitschek.

A Comissão de Finanças,

AVISOS

Do Sr. Ministro da Agricultura, n.º 465, como segue:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
GM. 465

Rio de Janeiro, D.F. — Em 12-6-58.
Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência as informações, em

anexo, prestadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, autarquia vinculada a esta Secretaria de Estado e com as quais é atendida a solicitação formulada no Requerimento n.º 134, de 1958, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos, e encaminhado a este Ministério pelo ofício n.º 185, de 7 de maio último, dessa Casa.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Mário Meneghetti.

Informações prestadas pelo Ministério da Agricultura, ao Senado Federal, em face do Requerimento n.º 134-58, do nobre Senador Lino de Mattos.

1.º Se é procedente a notícia de que o Brasil teria perdido a oportunidade de vender a uma firma britânica 50.000 toneladas de açúcar?

R. Conforme documentos ns. 1 e 2, juntos por cópia, o Chefe do Escritório Comercial do Brasil, em Londres, solicitou cotação para a venda de 40.000 toneladas de açúcar refinado, com embarques em maio ... (30.000 toneladas) e julho (10.000 toneladas), destinadas ao Paquistão.

Na forma do documento n.º 3, foi respondido que o Brasil não dispunha da mercadoria solicitada, sobre tudo para entrega dentro dos prazos mencionados.

Isto porque a produção de açúcar no Brasil tem a sua política econômica baseada no equilíbrio estatístico entre fatores de produção e de consumo, negociando as sobras para mercados externos.

O ano açucareiro, que se findou a 31 de maio, teve o seu sistema de defesa baseado na distribuição da produção para consumo interno e para exportação destinada a mercados externos, dentro de um esquema que foi executado de acordo com o pronunciamento e a participação de outros órgãos do Governo, tais como: Ministério da Fazenda, Ministério do Exterior, SUMOC, CACEX e COFAP.

2.º Se a referida transação deixou de ser efetuada em virtude da falta de estoque do produto?

Não se trata de transação, mas de simples pedido de cotação, o que equivaleria, no máximo, a uma oferta do Brasil sujeita a exame do interessado na compra. Entretanto, aquela oferta não foi concretizada pelo fato de não haver disponível do tipo pretendido, para embarques nos prazos solicitados.

3.º Quais as providências que teriam sido tomadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, no caso de haver

tido este conhecimento da referida encomenda?

R. Conforme documento n.º 3, ao tomar conhecimento dos telegramas constantes dos documentos 1 e 2, acusou a indisponibilidade nos termos do pedido de cotação.

N.º 1

Y695 — LR165 — London 44 — 11 — 1820.

LTF — Instituto Açúcar Alcool 36 — Rua Ouvidor Rio de Janeiro.

Favor enviar urgente cotação por quarenta mil toneladas açúcar refinado sendo entregues 15.000 meados maio 15.000 fins maio 10.000 durante julho pt destino Paquistão pt comprador providenciar a transporte pt pagamento dólares Antonio Marinho Chefe Escritório Comercial.

N.º 2

Y868-LRS59 — London — 41 — 16 — 1650.

LT Instituto Açúcar Alcool Praça Quinze Novembro 42 — Rio.

Solicitamos favor resposta urgente nosso telegrama pedindo cotação por quarenta mil tons. açúcar refinado entregas quinze mil princípio maio quinze mil fins maio dez mil junho pt firma particular com dinheiro a disposição para realizar negócio imediatamente — Marinho Brazureau

N.º 3

Western 22-4-58.

Brazureau — Londres — Seus telegramas onze e dezoito não existiram disponível açúcar refinado — Comcar.

Ao Requerente.

— Ainda do Sr. Ministro da Agricultura, n.º 466, nos seguintes termos:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
GM. 466

Rio de Janeiro, D.F. Em 12-6-58.
Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, as informações com que esta Secretaria de Estado atende ao pedido formulado no Requerimento n.º 117, de 1958, de autoria do nobre Senador Mem de Sá, e encaminhado a este Ministério pelo ofício 174, de 30 de abril último, dessa Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Mário Meneghetti.

Informações prestadas pelo Ministério da Agricultura do Senado Federal, em face do Requerimento n.º 117-58, do nobre Senador Mem de Sá.

1.º Se a Comissão de Mecanização da Agricultura já tomou as providências necessárias para a importação de máquinas agrícolas, correspondente à quota do 1.º semestre de 1958, em conformidade com a regulamentação prestada pelo decreto número 40.260.

R. A Comissão de Mecanização da Agricultura tomou providências no sentido de obter cotas não só para as importações de máquinas agrícolas no 1.º semestre de 1958, como também no 2.º, pelos ofícios ns. 20 e 63, de 6-2-58 e de 4-3-58, respectivamente, dirigidos à SUMOC, conforme cópias em anexo.

Dada a relevância do assunto, uma vez que, entre as metas do Governo, figura a da mecanização da agricultura, esta Secretaria de Estado, pela exposição de motivos n.º 453, de 17 de maio de 1958, houve por bem ainda, dirigir-se ao Senhor Presidente da República a respeito dessa matéria.

2.º Caso afirmativo quando será efetuada a importação com a respectiva distribuição entre os interessados?

R. — Em atenção às queixas providências, enviou a SUMO à Comissão de Mecanização da Agricultura o ofício DEPEC 72-58, de 2-6-58, anexado por cópia.

A Comissão de Mecanização da Agricultura, em reunião realizada em 9-6-58, deliberou que US\$ 3 milhões, referentes à Tchecoslováquia, fossem distribuídos de acordo com o Instituto Brasileiro do Café, que é o financiador. Relativamente aos US\$ 15 milhões, referentes aos demais países discriminados no ofício, serão distribuídos imediatamente, pela Comissão de Mecanização da Agricultura, na forma do Decreto n.º 40.260-56, para o que já estão sendo elaborados os necessários editais.

Of. C.M.A. n.º 20 — 6 de fevereiro de 1958.

Secretário Executivo da Comissão de Mecanização da Agricultura Senhor Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito: Reserva de quota semestral.

Na conformidade do que preceitua o artigo 5.º, item II, do Decreto n.º 40.260, de 1 de novembro de 1956, cumpre a esta Comissão apresentar ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, até 1 de março de 1 de setembro, do corrente ano, a estimativa dos recursos cambiais necessários à importação de máquinas agrícolas no semestre subsequente.

2. Sobrevieram, no entanto, no decorrer do 2.º semestre do ano próximo passado, fatores de relevância que impossibilitaram aquela providência.

3. Assim é que, com o advento da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, esta Comissão viu-se na contingência de sustar a liberação de quotas, dada a incerteza da existência de compatibilidade de seu funcionamento nos moldes anteriores face aquele diploma legal.

4. Para reiniciar as operações, formulou consulta a essa Superintendência que, pelo Ofício n.º 424-57-G, de 26 de setembro do mesmo ano, comunicou a esta Comissão haver o Conselho, em sessão de 17-9-57, deliberado manter, para o 2.º semestre de 1957, em Cr\$ 51,70 por dólar ou equivalente em outras moedas, a taxa de conversão cambial para as operações relativas à execução do Decreto n.º 40.260-56.

5. Além disso, o plano de mecanização, em virtude da demora da so-

lução relativa ao seguro de crédito e insolvência, desenvolvia-se com certa lentidão, tanto assim que em fim de outubro de 1957, o saldo dos recursos consignados no art. 15 do citado decreto, era de cerca de US\$ 25.000.000,00, o que impossibilitava qualquer previsão quanto aos recursos necessários para utilização no primeiro semestre do ano em curso.

6. Como decorrência do ritmo acelerado que assumiu o plano em sua execução após a remoção dos obstáculos surgidos, cuidou esta Comissão imediatamente da questão dos recursos necessários ao prosseguimento de suas atividades, eximindo-a em sessão de 28 de novembro de 1957, na qual prevaleceu o ponto de vista do representante desse órgão, segundo o qual esta entidade deveria aguardar, primeiramente, certos aspectos na Lei n.º 3.244 fossem definidos, tendo, por isto, sido transferido para este ano o exame do assunto.

7. Nestas condições, atendendo ao que deliberou esta Comissão, em sessão de 3 do corrente, tenho a honra de consultar V. Ex.ª sobre se ainda é oportuno a reserva de uma verba para o semestre em curso, estimada em US\$ 15.000.000,00, bem como sobre o tratamento cambial a ser adotado na utilização desta verba.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — **Bráulio Romualdo da Silva** — Secretário Executivo.

Coñfere com o original: **Odette Halfeld** — Chefe da Secretaria do CM.

OF. C. M. A. N.º 63

Em 4 de março de 1958

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMISSÃO DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

SENHOR DIRETOR EXECUTIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO

Execução do Decreto

n.º 40.260-56

Pelo Ofício C. M. A. n.º 20, de 6 do mês próximo passado, de ordem desta Comissão, tive a honra de consultar V. Ex.ª sobre a possibilidade da reserva de uma verba estimada em US\$ 15.000.000,00 — (quinze milhões de dólares) — para aplicação no semestre em curso na importação de máquinas e implementos agrícolas, de acordo com o Decreto n.º 40.260-56, bem como a respeito do tratamento cambial a ser adotado na utilização desta verba.

2. Prevendo, por outro lado, o artigo 5.º, item II, do citado Decreto, que cumpre a esta Comissão apresentar ao Conselho dessa Superintendência, até 1 de março e 1 de setembro de cada ano, a estimativa dos recursos cambiais necessários à importação de máquinas agrícolas no semestre subsequente, resolveu a mesma, em sessão de 3 do corrente, estimá-los em US\$ 25.000.000,00 — (vinte e cinco milhões de dólares) — para aplicação no 2.º semestre, totalizando assim US\$ 40.000.000,00 — (quarenta milhões de dólares) — o "quantum" necessário para cumprimento no corrente ano do programa de mecanização da agricultura, o qual vem sendo executado com resultados amplamente satisfatórios, acreditando-se que, caso não haja solução de continuidade, não se possa alcançar em 1960 o objetivo eliminado pelo atual governo.

3. Esclareço, outrossim, atendendo à recomendação desse órgão, decorrer o pequeno atraso desse pedido ao fato de somente agora ter sido possível o debate do assunto, embora já viesse constando de pautas anteriores.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex.ª protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — **(a) Bráulio Romualdo da Silva**, Secretário Executivo.

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO

DEPARTAMENTO ECONÔMICO

Rio de Janeiro, em 2 de junho

de 1958

Ofício DEPEC/72-58

Senhor Secretário.

Referimo-nos aos ofícios ns. 20 e 63, de, respectivamente, 6 de fevereiro e 4 de março de 1958, em que V. Sa., na qualidade de Secretário Executivo da Comissão de Mecanização da Agricultura, consulta da oportunidade de serem reservadas, nos orçamentos cambiais do 1.º e 2.º semestres do ano em curso, as verbas de US\$ 15 milhões e US\$ 25 milhões, destinadas a atender às importações de máquinas e implementos agrícolas, de acordo com o plano a que se refere o Decreto número 40.260, de 1.º de novembro de 1956.

A respeito, temos o prazer de informar a V. Sa., que o Conselho desta Superintendência, em reunião de 29 de maio de 1958, tendo em vista a grave crise cambial que o País atravessa, considerou inoportunas as reservas solicitadas.

Considerando, entretanto, a posição favorável em moedas inconvertíveis ou de convênios bilaterais, e o interesse de que sejam incrementadas as nossas compras nessas áreas, decidiu o mesmo Conselho colocar à disposição dessa Comissão, para imediata distribuição, a importância do equivalente a US\$ 18.000.000,00 — (dezoito milhões de dólares) — para as importações, nas respectivas áreas, de maquinaria e peças, para a agricultura, de procedência da Suécia, Japão, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria e Finlândia, no decorrer deste ano, na base de US\$ 3 milhões para cada um destes países, mantida para todas as importações efetivadas no semestre corrente, a taxa de conversão de Cr\$ 51,70, por dólar.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Sa., os protestos de nossa elevada estima e consideração. — **Fernando Bergstein** — Chefe do Departamento, Interino.

— Ao Requerente.

Do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 2.351, a saber:

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

N. 145.055-58-G.M. 2.351.

Rio de Janeiro, D.F., em 11 de junho de 1958.

Informações para o Requerimento n. 131-58.

Sr. Secretário.

1. Em aditamento ao Aviso número 2.253, de 26 de maio último, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.ª, nas inclusas cópias, as informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para atender ao Requerimento número 131, de 1958, do Senhor Senador Linde Prestes.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — **Parisil Barroso**.

Distrito Federal, 30 de maio de 1958.

Senhor Chefe do Gabinete:

Em atenção, à Vossa O.S. n. 237, de 7 de maio de 1958, passo a prestar, abaixo, as informações solicitadas no Requerimento n. 131 de 1958, do Senador Linde Prestes:

a) De acordo com a apuração baseada nas Guias de Recolhimento relativas ao mês de julho de 1958, existem 6.203 associados contribuintes do I.A.P.I. em Piracicaba, Estado de São Paulo.

b) No exercício de 1957, foi contabilizada como contribuição do IAPI em Piracicaba (empregados e empregadores) a importância de Cr\$ 52.375.687,00 (cinquenta e dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete cruzeiros).

c) O IAPI não presta benefícios de assistência médica em Piracicaba, portanto nada depende na localidade desse sentido.

d) O plano de assistência começou pelas Capitais dos Estados, na expectativa de contribuição específica para ser estendido às cidades do interior. Essa contribuição foi autorizada em Petrópolis, Juiz de Fora e Distrito Federal. Posteriormente, em virtude de mandado de segurança, foi suspensa a sua cobrança. Sem a contribuição específica não é possível a ampliação dos serviços de assistência. Aqueles serviços instalados nas Capitais vêm sendo mantidos com o sacrifício das reservas para o pagamento de benefícios. Se a ampliação fosse feita, atingindo não só Piracicaba como todas as cidades do interior do Brasil, as mencionadas reservas ficariam irremediavelmente comprometidas. Somente com a criação de uma taxa que assegure disponibilidades para a ampliação e manutenção dos serviços de assistência será possível implantá-los em todo o País. No Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, ora em tramitação no Congresso Nacional, cuida-se de instituir uma contribuição especial para atender a essa finalidade.

No ensejo, apresento-vos os meus protestos de estima e consideração. — **José Raimundo Soares Silva** — Presidente.

Ao Requerente.

— Ainda do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 2.354, nos seguintes termos:

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

N. 138.622-58-G.M. 2.354.

Rio de Janeiro, D.F., em 11 de junho de 1958.

Informações para o Requerimento n. 107-58 do Senado Federal:

Sr. Secretário.

1. Em aditamento ao Aviso número 2.174, de 16 de maio último, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.ª, nas inclusas cópias, as informações prestadas pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, para atender ao Requerimento n. 107-58, do Sr. Senador Lino de Mattos.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — **Parisil Barroso**.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1958.

Ofício CAPFESP GP — 1.452-58

Senhor Chefe do Gabinete:

Atendendo à O. S. 199-58 desse Gabinete, referente ao Requerimento do Senado Federal número 107-58, de autoria do Ilustre Senador Lino de Mattos, vimos encaminhar a V. S. os seguintes esclarecimentos.

1 — A Estrada de Ferro Mogiana está em débito com a CAPFESP. Todavia é de esclarecer-se que tal débito, que ascendia a Cr\$ 171.133.964,40 (cento e setenta e um milhões e cento e trinta e três mil e novecentos e sessenta e quatro cruzeiros e quarenta centavos), foi objeto de acordo, estando sendo liquidado em 120 prestações mensais de Cr\$ 2.208.058,60 (dois milhões e duzentos e oito mil e cinquenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), cada uma, com regularidade. Quanto às posteriores do acordo também têm sido recolhidas normalmente.

2 — Cumpre ainda informar que os maiores débitos em São Paulo para

com a CAPFESP são os referentes à Estrada de Ferro Nordeste do Brasil (Rede Ferroviária S. A.) — Cr\$ 202.229.710,10 (duzentos e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, setecentos e dez cruzeiros e dez centavos); Estrada de Ferro Sorocabana (Estado de São Paulo) e Companhia Municipal de Transporte coletivo (Prefeitura de São Paulo) — excede Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

3 — A irregularidade de recolhimento das contribuições correntes dessas empresas e a omissão das contribuições sobre os débitos transformam inteiramente a situação financeira da Delegacia Regional de São Paulo, impedindo, outrossim, regularidade na prestação dos benefícios.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. S. nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. — *Waldemar Rodrigues da Silva* — Presidente.

Ainda do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, número 2.356, informando o seguinte:

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rio de Janeiro, Distrito Federal. Em 11 de junho de 1958.

N.º 130.453-58—GM. 2.356

Informações para o Requerimento n.º 83, de 1958;

Sr. Secretário.

1. Em aditamento ao Aviso número 1.754, de 23 de abril último, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nas inclusas cópias, as informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para atender ao Requerimento n.º 83-58, do Sr. Senador Lúcio Prestes.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — *Parifal Barroso*.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

Referências: OCSG-1.219 — AC-31.611-58.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1958.

Senhor Chefe do Gabinete.

Em nome e de ordem do Senhor

Presidente, tenho a honra de acusar o recebimento dos Ofícios O. S. 159, 195 e 230, do corrente ano, referentes ao Requerimento n.º 83, de 1958, do nobre Senador Lúcio Prestes.

Apresentando sinceras excusas pelo retardamento da resposta, motivado pelo trânsito do processo nos diversos órgãos de serviço deste Instituto, aprez-me transmitir a V. S.ª, nas cópias anexas, as informações solicitadas.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. S.ª protestos de elevada estima e distinta consideração. — *José de Almeida da Rosa* — Diretor do Departamento de Serviços Gerais.

Confere com o original — *Nathanael Macedo* — Assistente Técnico.

Itens a e b

Informação do Departamento de Assistência Médica:

O I. A. P. C. não tem Postos de Saúde nas localidades de Barreiros e Ourinhos (Estado de São Paulo).

Adiantamos que este Departamento aguarda solução do processo AC-19 625-58 no qual S. Ex.ª o Sr. Presidente solicita do D. N. P. S. suplenção de verba, para adjudicar médicos e dentistas em diversas localidades do interior do país e nas quais, então, incluiremos aquelas.

Item c

Informação do Departamento de Arrecadação e Benefícios:

A arrecadação para o S. A. M. no exercício de 1957, dos municípios

de Barreiros e Ourinhos, bem como o número de segurados conhecidos no citado O. I. e informado pela Delegacia em São Paulo se acham abaixo discriminados:

Barreiros — Arrecadação 527.446,60 — Segurados. 730. Ourinhos — Arrecadação, 381.077,80 — Segurados. 630.

Item d
Prejudicado, em face da informação do Departamento de Assistência Médica.

Ao Requerente

Do Sr. Ministro da Marinha, n.º 1.372, seguinte:

N.º 1.372

Em 12 de junho de 1958.

Do: Ministro da Marinha.

Ao: Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal.
Assunto: Requerimento n.º 189, de 1958, do Exmo. Sr. Senador Lúcio de Mattos.

1. Em atenção ao ofício n.º 240, de 26 de maio de 1958, de Vossa Excelência, em que me encaminha o Requerimento de informações do Senador Lúcio de Mattos, tenho o grato prazer de informar a Vossa Excelência serem os constantes da relação abaixo os servidores nomeados neste Ministério, a partir do dia 19 de fevereiro de 1958, ou sejam, nos 90 dias anteriores à assinatura do Decreto n.º 43.716.

Escrivários Interinos — D. O. de 28-2-1958.

Antonio Mendes de Moraes — SGM.
Anyrio de Carvalho Fernandes (Não tomou posse) — DF.

Cândido Ferreira Filho — GPP — Pluvial Paraná.

Waldirina Bastos Guimarães (Não tomou posse) — DF.

Maria Cecília Coimbra Gurgel — SGM.

Elisa de Macedo Cesar — SGM.

Myrtes Matias — SGM.

Emília Santos Bentes — SGM.

Francisco Tavares Filho — Escola Naval.

Helo de Almeida Domingues — SGM.

Jarino Januário de Souza — Escola Naval.

Kleber de Oliveira — SGM.

Lelio da Silva Torrentes — SGM.

Maria Ely Martins Teixeira Ribeiro (Não tomou posse) — DF.

Maria de Nazaré Zoghby — SGM.

Marina Magdalena Loureiro — SGM.

Mario Newton Souza de Figueira — SGM.

Oswaldo Luiz de Araújo Lima (Não tomou posse) — DF.

Rosilda Rabelo de Castro — SGM.

Terezinha Falluh — SGM.

Therézinha Santos Moreau — SGM.

Wanis Nemer Damours — SGM.

Wilma Alves de Mattos — SGM.

Zaunée Maria Almada Gurgel — CCEMC.

Guarda de Polícia (Concurso) D. O. de 20-3-1958.

Renato Teixeira — Base F. de Ladrão.

Operários de Imprensa. (Interinos) D. O. de 11-4-1958.

Aginaldo dos Santos — Imprensa Naval.

Audalio Laurentino Santos — Imprensa Naval.

Ivan de Barros — Imprensa Naval.

Manoel Silva — Imprensa Naval.

Consultor Jurídico.

Bacharel Francisco Paiva Cortes — Padrão CC-4 D. O. de 26-5-1958.

2. Como é óbvio, os servidores nomeados interinamente não se submetem a concurso. No entanto, de acordo com o dispositivo legal, tão logo seja aberto concurso para a respectiva categoria, serão eles submetidos, "ex officio", ao concurso.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e distinta consideração. — *Antonio Alves Câmara Júnior*, Almi-

rante R. RM. — Ministro da Marinha.

Ao Requerente

OFÍCIOS

Da Câmara dos Deputados, ns. 693 a 695, encaminhando autógrafos dos seguintes:

Projeto de Lei da Câmara n. 104, de 1958

(N.º 1.452-B, DE 1958. NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Autoriza o Poder Executivo a

abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para combater a erosão que assola o Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para combater a erosão que assola o Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n. 105, de 1958

(N.º 2.728-B, DE 1957. NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' criado, na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, o Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 2.º Para o funcionamento desse Curso, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos:

a) 17 — Professor Catedrático — Padrão O.

b) 7 — Assistente — Padrão K

c) 13 — Instrutor — Padrão I.

d) 2 — Inspetor de Alunos — Padrão E.

e) 1 — Servente — Classe A.

Art. 3.º As mais disciplinas, que completarão a seriação do Curso instituído nesta lei, comuns às correspondentes do curso de Engenharia Civil da referida Escola, serão lecionadas aos alunos, em conjunto, neste Curso.

Art. 4.º Dentro em 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da publicação desta lei, serão incluídas, no Regimento Interno, as disposições regulamentadoras do funcionamento do Curso ora criado, de acordo com o Estatuto da Universidade.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.239.400,00 (sete milhões, duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da presente lei, sendo Cr\$ 5.239.400,00 (cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos cruzeiros) para Pessoal Permanente e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para Material.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n. 106, de 1958

(N.º 2.713-B, DE 1957. NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

Concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 ao Município de Machado, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), como auxílio ao Município de Machado, no Estado de Minas Gerais, para construção de obra de utilidade pública que perpetue a passagem do I Centenário da elevação de sua sede à categoria de cidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco, por cessão do nobre Senador Lúcio de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex.ª e ao Senado para eu ler de dois documentos referentes à política internacional, cuja transferência nos Anais, foi pedida pelo nobre Senador Gomes de Oliveira.

Refiro-me à carta que o Senhor Presidente da República dirigiu ao Chefe do Governo dos Estados Unidos e à resposta daquela embaixada enviada ao Sr. Juscelino Kubitschek.

Esses documentos versam sobre problemas da maior importância, não apenas para a política continental, senão também para toda a política internacional, dada a repercussão que obtiveram na imprensa mundial.

Antes do mais, ardeio e aprovo a iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek em escrever ao Presidente Eisenhower, pedindo-lhe, então, para que questione, que, realmente, interessa à política latino-americana, da deterioração das relações entre os Estados Unidos e os povos da América Latina.

A carta do Sr. Presidente da República tem sentido positivo.

Realmente, não é possível permanecer-se indiferente a essa paleta substancial nas boas relações entre os Estados Unidos, Brasil e mais países da América Latina. O assunto tem preocupado eminentes homens públicos de todos os Continentes.

Foi louvável, portanto, a iniciativa do Sr. Presidente da República, ao formular pedido de exame das questões que ligam o Brasil e as outras Nações latino-americanas aos Estados Unidos.

Li com o maior interesse a carta do Sr. Juscelino Kubitschek, quando ainda me encontra no estrangeiro, tendo merecido minha máxima atenção a do Presidente Eisenhower, publicada por todos os jornais mundiais.

Não tendo, a meu ver, o Sr. Presidente da República conseguido um bom programa em torno do qual pudessem governar da América Latina chegar a determinadas conclusões — pois, em sua carta, não estabelece base para os entendimentos preconizados por ambos os Presidentes — cuido que cada um de nós deve concordar com seu conteúdo pessoal para indicar aqueles pontos de abito nas relações entre os Estados Unidos da América do Nor-

te e os mais países do Continente. Antes de mais, Sr. Presidente, devo fazer um reparo. Na carta do Presidente Eisenhower há pontos negativos mas, também, um ponto absolutamente positivo, quando S. Ex. cência concorda em que, realmente, diante dos acontecimentos que tiveram repercussão em todo o mundo, os da recepção inamistosa ao Vice-Presidente Richard Nixon, não só em Caracas como em Lima, deve investigar-se as causas dessa exaltação.

E' realmente um ponto positivo na carta do Presidente Eisenhower quando concorda no exame das causas dessa ocorrência.

Diz ainda o Presidente Eisenhower:

"Existe uma vasta gama de assuntos a serem discutidos e analisados, inclusive, por exemplo, o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1954.

E acrescenta:

"Considero esse assunto tão importante que estou dando instruções ao Senhor Roy Richard Rubottom Jr., Secretário de Estado Adjunto Americano, para entregar-lhe pessoalmente minha carta no Rio de Janeiro e, em conversa com Vossa Ex. cência, melhor colher o seu pensamento sobre esses problemas".

Sr. Presidente, na Conferência de Caracas, a Declaração de Solidariedade a que se refere o Sr. Eisenhower, teve sentido ideológico exclusivo. Pode-se dizer mesmo que a Conferência de Caracas teve por objetivo preparar a opinião pública da América Latina e do mundo para a intervenção militar na Guatemala, contra o governo ali constituído, democraticamente. Na ocasião, protestei contra a interferência e não seria hoje que iria claudicar a lembrança do Presidente Eisenhower, para mais exato cumprimento dos compromissos assumidos com a Declaração de Caracas.

O que deteriora as relações entre os Estados Unidos e a América Latina não é o comunismo. O problema é outro.

Por várias vezes nesta tribuna — sobretudo em carta aberta que dirigiu ao Sr. Dean Acheson, quando esse estadista americano, na direção da Secretaria de Estado, veio ao Brasil, há seis anos — salientei que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte dia a dia pioravam nos laços de solidariedade característicos da política de boa vizinhança do Presidente Franklin Delano Roosevelt.

Dizia eu, naquela carta, que o problema não era a luta contra o comunismo, ao contrário, a necessidade de solucionar situações que o próprio comunismo afluía, aqui e em toda parte do mundo: quer dizer, o combate à miséria, à ignorância e às doenças dos povos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como no Brasil.

Na carta ao Sr. Dean Acheson, dizia eu que os dois atentavam para a questão fundamental e encontravam solução para os problemas econômico-social, ou, então, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos chegariam a tal ponto que, se houvesse outro Pearl Harbour — como o de 17 de dezembro de 1941, quando o povo brasileiro foi para as ruas pedir a entrada do Brasil na guerra — em nosso País, haveria um verdadeiro carnaval de satisfação, tal a impopularidade crescente dos Estados Unidos no Brasil e em toda a América Latina.

O Sr. Walter Lidman, conhecido colunista internacional, comentando os agravos sofridos pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos em Caracas e em Lima, escreveu — e está transcrito na revista "Time", americana — que, para a diplomacia americana, aquele agravo ao Vice-Presidente Richard Nixon era um novo Pearl Harbour, significava o fracasso, a falência da orientação da diplomacia americana no trato dos negócios da América Latina.

Seis anos depois verifico que o Presidente Eisenhower, na sua carta, incide no mesmo erro, de pensar que a impopularidade dos Estados Unidos na América Latina e, em todo o mundo, decorre da ação comunista.

O comunismo apenas explora os complexos existentes em cada país. Não os cria. As causas que estão levando à impopularidade a política americana, não apenas na América Latina, mas na Europa, na Ásia, não são motivadas pelo comunismo.

Dizia eu ao Sr. Dean Acheson, há seis anos: só há uma maneira de combater o comunismo no mundo — acabar com a miséria, porque é ela o caldo de cultura do comunismo.

Nos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, só existe essa forma de combater o comunismo. Não, pela maneira policialista e intervencionista, aprovada na Declaração de Caracas e, sim, pelo combate à miséria, à ignorância e à doença.

Quem neste país, como em todas as nações sub-desenvolvidas, impede o combate à miséria, a elevação do padrão de vida do homem, o combate à doença e à ignorância são aquelas forças capitalistas, que não querem criar concorrentes de seus produtos industrializados nem perder os mercados que esses países oferecem a seus produtos. Vale dizer, são os trustes internacionais os maiores aliados do comunismo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Dizia eu ao Sr. Dean Acheson, naquela ocasião — e estou repetindo mais uma vez no Senado para que vejamos o Sr. Presidente da República e aqueles que devem cuidar dos interesses do Brasil — que o combate ao comunismo não deve ser policialista, tal como se fez na Guatemala, violando sua soberania e impondo ao povo um governo simplesmente de agente dos interesses americanos naquele país. São esses fatos, Sr. Presidente, que deterioram, apodrecem as relações dos povos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — A culpa é do capitalismo norte-americano, pois o povo dos Estados Unidos não está de acordo com essa política.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Outro comentarista, creio que do *Chicago Tribune*, a respeito das ofensas recebidas pelo Vice-Presidente Richard Nixon, dizia: é muito claro, pois se o Departamento de Estado vai ao Brasil e quer impedir que o povo brasileiro realize sua grande aspiração de explorar seu petróleo, como pode esse povo ter aquelas relações de simpatia e amizade ao tempo do Presidente Roosevelt?

A primeira condição para melhorarem as relações entre o Brasil e os Estados Unidos está em que o Departamento de Estado não proteja os trustes americanos contra os interesses reais do povo brasileiro.

Enquanto mantiver tal atitude seremos contra os trustes e o Departamento de Estado. Assim pensamos mais de um bilhão de homens em todo o mundo. E' o que acontece no Japão, Sr. Presidente — e V. Ex. cência sabe que conheço bem a po-

lítica da Ásia — na Birmânia, na Índia, no Ceilão, na Indonésia e até nas próprias Filipinas e em todos os povos árabes e da América Latina.

O ódio não é contra os Estados Unidos e suas magníficas instituições democráticas.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem!

O SR. DOMINGOS VELASCO — ...nem contra sua gente, trabalhadora, nobre e generosa que tira do bolso os recursos para ajudar a todos os povos do mundo, e sim contra os trustes que, nos Estados Unidos, são combatidos legalmente há cerca de cinquenta anos.

Ainda agora, vinte e nove companhias petrolíferas respondem perante os tribunais porque violaram as leis anti-trustes como aconteceu há pouco mais de dez anos com a Dupont. Depois de pleito que durou trinta anos, foi condenada pelo Supremo Tribunal a não ter controle sobre a General Motors.

Se os trustes não têm o apoio dos Estados Unidos, têm-no mais amplo e mais completo da parte do Departamento de Estado, depois que subiu ao Poder o Partido Republicano. Todos os povos do mundo — inclusive o Brasil, a Colômbia, a Venezuela e o Peru — são levados então a ser contra o Departamento de Estado.

A primeira condição para sermos honestos e amigos dos Estados Unidos será o Departamento de Estado modificar essa política.

Não considero a velha teoria colonialista do tempo em que se utilizavam fuzileiros navais para dominar a Nicarágua. Hoje, há uma consciência nacional em cada país da América Latina, que não mais se submete a essa pressão, a essa imitação, e a essa expropriação de sua economia.

Enquanto cada um de nós, brasileiros — sobretudo nós, nacionalistas, que temos a responsabilidade de orientar essa política, no País — não sentirmos que o Departamento de Estado abandonou a política dos trustes e seguiu a doutrina de Roosevelt, da boa vizinhança; enquanto isso não ocorrer as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, como entre essa grande nação e os povos da América Latina ou os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, da Ásia ou da África, serão cada vez mais deterioradas.

Devemos dirigir-nos aos Estados Unidos com absoluta franqueza, de amigo para amigo — e não de servo para senhor, como tem sido, sempre, a atitude do Itamarati em face da política americana; devemos falar ao Presidente dos Estados Unidos como eu o faço, neste instante, da mais alta tribuna do País, de amigo para amigo, porque S. Ex. cência sabe perfeitamente que, nas horas graves de sua terra, jamais lhe faltou a solidariedade do Brasil.

O mais, Sr. Presidente, é a publicação, a propaganda ineficiente, improfíqua, perniciosos, por vezes, em que se pinta erroneamente a tomada de consciência, o sentimento do povo brasileiro — aliás o de todos os povos da América Latina, o qual não mais deseja ser espoliado, explorado por quem quer que seja, porque decidimos e chegamos a esse estágio, a essa etapa do nosso desenvolvimento: devemos ser, e seremos, uma grande Nação.

Desta tribuna tenho repetido, e todos os nacionalistas o têm feito em todas as tribunas, na Imprensa, na cátedra, por toda parte: não somos contrários ao capital estrangeiro.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem!

O SR. DOMINGOS VELASCO — Somos contrários a certo capital es-

trangeiro, o qual tem em sua defesa os que são contra os interesses do Brasil.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Essa a verdade.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Não somos contra o capital estrangeiro, simplesmente por ser alienígena.

O problema é tão clamante, Senhor Presidente, que no momento se realiza, em Belo Horizonte, a Conferência de Investimentos, a qual comparecem delegados de vários países; e na próxima Conferência Interparlamentar, a realizar-se no Rio de Janeiro, em julho vindouro, o assunto figurará na pauta. A delegação brasileira, já tem ponto de vista firmado. Serviu ele de base ao estudo das comissões técnicas; e obtive até parecer favorável do relator de uma das comissões que examinou a matéria, o grande economista e professor Fritz Helwig.

O Sr. Lino de Mattos — Não somos contrários à entrada de capital estrangeiro no País. Somos favoráveis a que ele venha, de todos os recantos do Universo, para nos ajudar a trabalhar. Repudiamos apenas, como V. Ex. bem frisou, os capitais que nos espoliam e representam os trustes internacionais.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Muito obrigado a V. Ex.

Sr. P. residente voltarei, em tempo oportuno, ao exame da questão dos capitais estrangeiros no Brasil.

Por hoje — sabido como é, que os povos latinoamericanos precisam de capitais — quero apenas mostrar o equívoco do Presidente dos Estados Unidos, ao pensar que uma das causas principais da deterioração das relações entre o seu País e a América Latina é o não cumprimento do Acórdão anti-comunista ou ideológico de Caracas.

Sr. Presidente, todas as vezes que os Estados Unidos, através da influência que exerce no Banco Internacional, ou através do Banco Americano de Ajuda aos outros povos, querem fazer investimentos por meio de empréstimos, vêm com a condição ideológica política ou militar. E' o que se observa, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Sr. Presidente, V. Ex. sabe que o problema de ajuda aos povos subdesenvolvidos tem sido tratado em muitas Conferências Internacionais, inclusive, como tenho sempre salientado aqui, na Conferência Inter-Parlamentar de Bangkok, que trouxe os rumos a que deviam obedecer as ajudas aos povos subdesenvolvidos. No poder o Partido Republicano, todas as vezes que se fazem empréstimos aos países subdesenvolvidos, junta-se uma condição política, ideológica, militar. Por vezes, esses povos aceitam o empréstimo, ou como aconteceu em a Índia, não o aceitam porque não querem submeter-se a aquelas condições. O resultado é que a ajuda do povo americano ao europeu, africano, asiático e latino-americano, não lhe trouxe qualquer popularidade. Não cor causa da razão apresentada pelo Presidente Eisenhower, em Washington, ao comentar as violências sofridas pelo Vice-Presidente Richard Nixon; não porque seja natural que todos invejem os Estados Unidos e tenham em si mesmos esse *animus adversi* por quem é mais próspero, mais rico. Isso não é verdade, porque, no dia 7 de dezembro de 1941, o povo brasileiro foi para as ruas de todas as grandes cidades do País, pedindo que entrássemos na guerra ao lado dos Estados Unidos. Há, então, alguma coisa muito mais complexa que esse primarismo anti-comunista, que sempre se alça em toda parte. Não é essa a questão.

Sr. Presidente, os Estados Unidos têm um *american way of life*. E' um

grande sistema de vida, porque possibilitou aquele país transformar-se na maior potência do mundo. Esse sistema de vida americano foi adequado aos Estados Unidos, como o sistema inglês de vida adotado na Inglaterra possibilitou-lhe não somente um regime em que o cidadão se sente com todos os direitos e garantias plenamente satisfeitos, como ainda criar no Século XVIII formidável Império.

Seria tolice pensar que o inglês prefere levar para seu País, o *american way of life*; ao contrário, tem-lhe com o sistema de vida francês. A França, apesar de todas as vicissitudes da vida política, não troca a inteligência, a liberdade da França guiloteada pelo sistema americano de vida.

Se os Americanos do Norte, ao ajudar outros países, procuram impor-lhes seu sistema de vida, evidentemente cometem uma violência que pouco — povo que, com cinquenta anos de evolução, háuriu todo o progresso técnico sem perder suas características; que em 1898 derrotou a China, maior potência da Ásia; em 1905, a Rússia, e, em 1945, conseguiu expulsar da Ásia, a Inglaterra, a França e a Alemanha; se perguntarmos a esse novo se aceita o *american way of life*, é evidente — e posso afirmá-lo porque estive no Japão há pouco tempo — que sua resposta será negativa.

Cada povo cria seu sistema de vida. A União Soviética, por exemplo, há quarenta anos, construiu seu sistema de vida, resultante de dificuldades históricas. Pergunto-se aos soviéticos se abrem mão do seu sistema de vida, para admitir o *american way of life*, o sistema inglês, o francês ou o japonês, se o seu sistema de vida responde às peculiaridades geográficas, étnicas tradicionais da União Soviética e transformou aquela nação, potência de quarta categoria, numa das maiores do mundo.

Sr. Presidente, o sistema de vida de um povo não se cria, como os "bobocas" dizem: "porque o comunismo quer porque o comunismo não quer". Não! o sistema de vida de um povo nasce das raízes históricas, mesológicas, climáticas, raciais de cada um. Assim criou-se o sistema de vida brasileiro de que nos devemos orgulhar. Não precisamos do sistema soviético, do *american way of life*, do sistema inglês. Temos o nosso sistema, que fez obra política vasta, formidável, que não se encontra senão em poucas partes do globo, que é a unidade nacional, mesma língua, mesmas aspirações.

Como precisamos, para receber empréstimo dos Estados Unidos, ou de qualquer parte do mundo, importar idéias, sistemas, métodos que não são nossos?

Eis aí por que a cada empréstimo da América do Norte, a economia brasileira é acompanhada da ideia de que tem de ser de livre iniciativa, de iniciativa privada; somos todos monópólio do Estado. A iniciativa privada, realmente, resolveu no Século passado, os problemas fundamentais dos Estados Unidos, mas não resolve os problemas do Brasil. Se temos a mesma idade — o Brasil e os Estados Unidos — por que esse mesmo princípio da iniciativa privada da livre iniciativa, resolveu os problemas daquele país e não resolveu os do Brasil?

Aqui, é o Estado que exerce a função pioneira para abrir os caminhos e, então, a iniciativa privada vai desenvolver-se nos setores subsidiários. Os empréstimos, entretanto, não se podem fazer ao Governo brasileiro nem à PETROBRAS — têm de ser feitos a firmas, que tratam dos próprios interesses e não do desenvolvimento ordenado da economia do Brasil. Temos que aceitar o *american way of life*, que não condiz conosco, porque um deputado negro pode en-

trar no Brasil, em qualquer parte, ao passo que, nos Estados Unidos, não! Lá há dezesseis milhões de favelados e cinco milhões de desempregados. As coisas ruins do sistema deles é que impedem importarmos esse sistema de vida. É verdade que não se podem julgar os Estados Unidos pelas mazelas que lá existem, pois elas se encontram em toda parte. Não citarei como exemplo a questão dos negros, dos favelados ou desempregados; seria ver apenas uma parte daquela Nação; é o mesmo que alguém, chegando ao Rio de Janeiro e fosse visitando as favelas, achasse que no Brasil só existem favelas.

Evidentemente, naquela sistema de vida, há ideias que são inaceitáveis e até repugnantes para o povo brasileiro. Então, quando emprestarem ao Brasil, pelo amor de Deus, não exijam o sistema de vida americano, isto é, o *american way of life*. Abandonem isso, no Brasil e em todo o mundo, porque esta é a grande causa do que sucedeu na Europa, apesar do Plano Marshall. O povo americano na sua generosidade, tirava do próprio bolso para ajudar o reerguimento do Velho Continente, entretanto que conseguiram, ali, em amizade e popularidade, os Estados Unidos?

Quem viaja pela Europa, sente em todos os países, até naqueles que mais se beneficiaram da generosidade norte-americana, o sentimento anti-americano, arraigado em todo o mundo, não apenas no Brasil.

No momento em que os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos querem, real e honestamente, estudar as causas da deterioração das relações da América do Norte com os povos da América Latina, é mister se diga, sinceramente, a verdade. E isso não se consegue combatendo o comunismo, que é apenas uma consequência das incalculáveis injustiças sociais do capitalismo. Apenas isso, nada mais que isso.

Combateamos a miséria, a ignorância e a doença neste País, através de um esforço pelo desenvolvimento econômico não somente pela industrialização e incremento da agricultura, mas também pela melhor exploração de nossos recursos naturais.

Bem-vinda seja, Sr. Presidente, a ajuda de todos os capitais do mundo que nos auxiliem a desenvolver o Brasil e proporcionar-lhe melhores condições de vida. Que venham para aqui sem impor condições.

Ainda há dias, um grande jornal publicava que essa aversão era apenas ao capital norte-americano, não ao japonês ou ao alemão, que também se estão chegando para cá.

É simples, Sr. Presidente. O capital japonês está vindo para o nosso País sem exigir sigmas o sistema nipônico. Não há condições militares ou políticas, não temos de dar bases na Ilha Fernando de Noronha, não nos apresentam condição alguma.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Por que o capital alemão está vindo para nosso País e é recebido de braços abertos? — Porque, não apresenta qualquer condição política.

O americano é o único que as impõe, deteriorando, deste modo, as relações dos Estados Unidos com todos os povos.

Para ser reexaminado o problema é preciso estudar-se esse ponto fundamental. A melhor forma de auxílio do capital estrangeiro ainda é o empréstimo ao Governo, para que resolva aplicá-lo e indeterminada atividade, fundamental à nossa economia.

Ainda é aceitável o capital com o qual venham as pessoas, e aqui ajudem a desenvolver nossa economia quando, porém, investimentos que, através de empresas particulares pre-

tendam ter no Brasil tratamento melhor do que o dispensado aos capitais brasileiros, tenham apenas o objetivo de tirar lucro e voltar para a sua terra, então é melhor que não venham.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Pior: arruinam a indústria brasileira e no fim drenam para fora o resultado do trabalho. Bem poderiam ficar em seus países.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Sr. Presidente, vou terminar.

Pego ao Senado que me perdoe por ter ocupado sua atenção apenas para começar crítica às relações entre os Estados Unidos e a América Latina, ao ensejo das Cartas trocadas entre o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, e o Presidente Eisenhower.

Apóio, integralmente, a iniciativa do Presidente do Brasil. Não há ninguém neste País, sabendo que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, inclusive o nosso povo, estão descendo cada vez mais a um ponto de intolerância, que não queira melhorar essas relações e procure por todos os meios fazer com que o povo brasileiro olhe para essa Nação, como sempre olhou, com amizade sobretudo naquele espírito de fraternidade que Franklin Delano Roosevelt conseguiu criar em todo o Continente Americano.

Para se melhorarem as relações entre os Estados Unidos e o Brasil é preciso que se volte à política de boa vizinhança de Roosevelt.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. DOMINGOS VELLASCO — Mais: que se elimine do Departamento de Estado aquela preocupação de criar e defender os *trustes* americanos, ainda quando são a causa da miséria e da desgraça de todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, remove-se esse grande empecilho, para que o Brasil desenvolvesse a sua economia, crie melhor padrão de vida para seu povo e seja a grande Nação que desejamos e certamente será. (Muito bem; muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

— Com a palavra o nobre Senador Lino de Matos, que havia cedido a prioridade ao Senador Domingos Vellasco.

O SR. LINO DE MATOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nas minhas andanças, aos sábados e aos domingos, pelas cidades paulistas, sou, constantemente, solicitado a dar explicações sobre as despesas com Brasília que, segundo notícias vão acima de seis milhões de cruzeiros.

Confirmado o fato, interpelam-me sobre o abandono ou desinteresse em que se encontram obras públicas federais em várias cidades, principalmente do Estado de São Paulo.

Entre as cidades que percorri, nos dias 13, 14 e 15 últimos, estão Cruzeiro e Pindamonhangaba. Cruzeiro, é o entroncamento ferroviário da Central do Brasil com a Rede Sul Mineira, de suma importância. Cidade industrial, de grande atividade comercial, agrícola e pastoril, sua população tem índice de cultura altamente elevado, graças à preocupação com o setor educacional. Essa cidade paulista, entretanto, oferece a quem a ela chegue pelas Estradas de Ferro Central do Brasil ou Rede Sul Mineira, espetáculo contrastador, tal a pobreza da sua estação, quase um pardião. Correm, os que transitam entre a estação e a cidade, perigo constante, obrigados a atravessar a via férrea, sem disporem de uma passagem protetora.

Cumpra ainda observar, Sr. Presidente, que abandonados se encontram, há mais de 15 anos, antigos prédios ferroviários, atingidos por um

incêndio. As autoridades federais nem se preocuparam em pôr abaixo aqueles esqueletos, testemunhas do descaso, da inúria e do desinteresse governamental. Demonstra aquele prédio velho, abandonado, a ausência absoluta do interesse do Governo Federal para com cidade tão importante e que tanto contribui para os cofres na Nação.

O Sr. Fernandes Tavora — Dá V. Ex.ª licença para um aparte? (Assentimento do orador) — O fato que V. Ex.ª acaba de narrar bem demonstra quanto já disse, repito para o Senado: o Brasil é um vasto cemitério de obras inacabadas. O Governo Federal gasta dinheiro por todos esses Estados, para iniciar construções e não as acaba. O resultado é o que aí está: verdadeiros escombros por toda a parte deste imenso País.

O SR. LINO DE MATOS — Cumprimos nós, nobre Senador Fernandes Tavora, o nosso mandato, dizendo ao Governo, através da tribuna do Parlamento, o que estamos vendo e, principalmente, o que estamos ouvindo...

O SR. Fernandes Tavora — Não seria preciso; ele sabe.

O SR. LINO DE MATOS — Populares, na cidade de Cruzeiro, apontavam-me essas deficiências e me perguntavam se era verdade que enquanto aqueles escombros ali estavam abandonados há mais de quinze anos onde nasceram várias árvores que já estão velhas, o Governo, invertia tanto dinheiro em Brasília em vez de reconstruir o prédio naturalmente útil à ferrovia, ou demolí-lo, para tirar aquele aspecto de abandono.

Não sou quem faz a afirmação; mas pessoas do povo, que não compreendem a orientação governamental.

Repito: cumprimos nosso dever alertando o Chefe da Nação e as Autoridades federais para fatos que podem parecer pequenos mas que vão inoculando no espírito popular um sentimento de rebeldia pela incompreensão governamental no solucionar problemas modestos mas importantes.

Sr. Presidente, ainda em Cruzeiro tive ensejo de verificar um velho prédio de Correios e Telégrafos carente de reforma. Como esse, muitos outros. Há poucos dias encaminhei à Mesa requerimento no sentido de que o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas informe sobre o início, prosseguimento e reforma de prédios de Correios e Telégrafos em cerca de cinquenta cidades de São Paulo. Após meu discurso, graças ao noticiário da Imprensa, recebi telegramas e cartas de outras cidades, indagando-me porque não as incluía também no requerimento. Note-se que se trata de lugares onde o Departamento dos Correios e Telégrafos tem razoável arrecadação pela grande movimentação comercial, industrial, agrícola e pastoril.

Em Pindamonhangaba verifiquei que há seis anos começou-se a construção do edifício dos Correios e Telégrafos. Depois de prontos os alicerces e iniciadas as paredes a obra foi abandonada.

De quando em quando o Ministério da Viação e Obras Públicas entra em entendimentos com a firma construtora para seu reinício. Jamais se entendem, pois, o aumento constante do custo de vida, principalmente de material de construção, faz com que a firma empreiteira, em virtude do atraso dos pagamentos e da demora no cumprimento das cláusulas contratuais não possa continuar a construção na base estipulada. Em consequência da inércia governamental e por excesso de burocracia a obra não foi reiniciada e quando a firma construtora, ainda uma vez, foi solicitada para a execução do trabalho, não mais podia prosseguir, pois o material de construção subiu e o con-

tratante não está em condições de executar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE — Pondero ao nobre orador que falta apenas um minuto para término da hora do Expediente.

O SR. FERNANDES TAVORA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, respeito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do Expediente, a fim de que o ilustre representante de S. Paulo conclua seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Fernandes Távora.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, sou muito grato ao nobre colega, Senador Fernandes Távora, pela iniciativa do requerimento, e à Casa pela sua aprovação.

Dizia eu que os anos vão passando, um após outro, e o prédio dos Correios e Telégrafos de Pindamonhangaba, cidade tradicional de minha terra, centro de cultura, com indústrias de importância, de intensa atividade comercial, principalmente agro-pastoril, fica à espera da atenção do Governo Federal. Esquecem as autoridades que os cofres da Nação arrecadam, anualmente, ponderável quantia, representada por impostos federais pagos por aquela gente que trabalha, produz, e, no entanto, não recebe a necessária e indispensável compensação.

Deixo, Sr. Presidente, consignadas, nos Anais da Casa, as reclamações que recebo de duas cidades importantes do meu Estado: Cruzeiro e Pindamonhangaba, sem me referir às outras porque, casos de maior importância, delas tratarei quando objeto de requerimentos de informações.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Fernandes Távora — O que o nobre colega acaba de declarar se reproduz, invariavelmente, em todo o País. Cito apenas um exemplo, ocorrido em minha terra, a fim de demonstrar a eterna incuria dos Governos, a qual sempre redundou em prejuízo inevitável para a Nação. A construção do açude de Orós, no Ceará, foi avaliada em oitenta milhões de cruzeiros, nas eras de trinta ou pouco antes. Vi a maquete exposta em "A Noite"; e tive a agradável sensação de que o meu Estado veria, afinal, realizado seu grande sonho. Nada se fez. Depois, outra maquete avaliava o serviço em duzentos milhões de cruzeiros; teve a mesma sorte. Posteriormente, outra julgava que a obra poderia ser executada por quinhentos milhões de cruzeiros. Não preciso dizer que a sorte foi idêntica à dos outros projetos.

Atualmente, dizem que o empreendimento custará um bilhão e cem milhões de cruzeiros. Nem de uma forma nem de outra, no entanto, será o açude construído. Infelizmente, é uma obra grandiosa para a civilização do Nordeste, e o Sul não cuida daquela região do Brasil.

O SR. LINO DE MATTOS — Exato, nobre Senador Fernandes Távora. A proporção que o tempo passa a construção vai encarecendo. Mesmo assim, Brasília está sendo construída.

O Sr. Fernandes Távora — Brasília é uma teratologia.

O SR. LINO DE MATTOS — Não discuto nem entro no mérito da oportunidade ou não das obras que ali se realizam. Sobre as mesmas já falei com outros colegas; e, certamente, quando tivermos o ensejo de visitar Brasília e a conhecermos, pessoal-

mente, poderemos, então, emitir opinião. O Governo, entretanto, que está tão preocupado com Brasília, cidade que passou a ser uma espécie de obsessão do Sr. Presidente da República, — poderia — e é o que as populações pedem no meu Estado — volver, um pouquinho ao menos, a atenção para pequenos problemas, como o que estou trazendo ao conhecimento do Senado.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou o Orçamento da República para 1958; constam do mesmo verbos para o início, prosseguimento ou reforma dos prédios dos Correios e Telégrafos para as cinquenta cidades, objeto do meu requerimento de informações. Como se explica que estando, como já estamos, no final do primeiro semestre, nenhuma providência governamental tenha sido tomada até este momento?

Que fazemos, aqui, principalmente no fim do ano, com sessões sucessivas, pela noite adentro, para aprovar emendas ao Orçamento, se transformado o mesmo em lei, o Governo não o cumpre, não dá execução às determinações orçamentárias?

E' preciso que esse Governo seja alertado, que se lhe chame a atenção; que o eminente líder da Maioria desta Casa dê contas ao Sr. Presidente da República das nossas queixas, que não são pessoais, porque vêm da população.

O exercício do meu mandato de Senador da República, eu não o cumpro somente na tribuna e nas Comissões Técnicas, mas também visitando o interior do meu Estado, como faço aos sábados e domingos, com sacrifício do meu descanso pessoal, para sentir o que o povo quer, o povo precisa e reclama.

Trago ao conhecimento da Casa aquilo que vejo com meus olhos e ouço com meus ouvidos; não invento, Sr. Presidente.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — O que V. Ex.^a acaba de dizer repete-se no meu Estado e em todo o Nordeste, em relação aos créditos que o Governo alardeia haver aberto, mas cujo numerário lá não chega. Resultado: o pagamento aos miseráveis flagelados é feito — como viu V. Ex.^a — e todos os que faziam parte da Comissão — em gêneros alimentícios, vendidos da forma que V. Ex.^a declarou em seu discurso nesta Casa.

O Governo devia ter um pouco mais de sinceridade e cumprir aquilo que representa a sua palavra, que sendo palavra de Governo, devia ser inviolável. Mas não cumpre, e o resultado é o que V. Ex.^a e seus colegas viram no Nordeste.

O SR. LINO DE MATTOS — Tem razão o nobre Senador Fernandes Távora, mesmo assim, continuaremos com a nossa inquietação.

O Sr. Fernandes Távora — E' nossa obrigação; cada um cumpre seu dever como pode.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Quando tratei, conforme V. Ex.^a se recorda, o caso das explorações que se fazem no Nordeste, minha impressão era a de que nenhuma importância fora dada ao assunto; mas os homens que têm noção de responsabilidade devem ter fixado bem o que denunciei da tribuna.

Diariamente, o Governo da União gasta com os flagelados dezoto milhões de cruzeiros. Estou informado de que já houve aumento para vinte milhões. Dessa importância, astronômica, vinte por cento, exatamente, quatro milhões de cruzeiros, são furtados dos cofres públicos da Nação, com a conivência de autoridades federais que sabem que os fornecedores tomam dos flagelados vinte por

cento do salário diário de cada um deles.

Tal furto representa, portanto, milhões de cruzeiros por dia, bilhões no final de cada semestre. E nenhuma providência governamental é tomada.

O Senado da República, através da comissão de Senadores, que visitou o Nordeste, promoveu duas reuniões com dirigentes dos diversos Departamentos Federais. Ouvimos, então, a declaração de que nada poderiam fazer, porque não estava na dependência de cada um deles tomar as providências. Assim é tudo no Brasil: ninguém está autorizado a fazer coisa alguma, a decidir sobre coisa alguma. Enquanto isso, o povo paga impostos, e os ladravazes por aí espalhados vão tomando o dinheiro do povo através dos processos mais indignos, mais vergonhosos, mais sózinhos.

O Sr. Fernandes Távora — O Governo não toma providência porque é com tais expedientes miseráveis que seus acólitos e representantes desejam vencer as eleições de três de outubro. Não conheço coisa mais infame, mais indigna neste mundo!

O SR. LINO DE MATTOS — Nada sei quanto ao aspecto político...

O Sr. Fernandes Távora — E' esse, pode V. Ex.^a estar certo.

O SR. LINO DE MATTOS — ... porque não o testemunhei, mas eu e meus colegas, integrantes daquela Comissão, vimos e ouvimos os trabalhadores afirmarem: alto e bom som, na presença dos fornecedores e chefes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que eram diariamente furtados em 20% dos quarenta cruzeiros que recebiam.

Fizemos nossas contas de matemática elementar, de simples aritmética, e concluímos que cada fornecedor ganhava, por dia, mais de cem mil cruzeiros. E nós, Senadores da República, homens com milhares de votos, representantes do povo, que temos como subsídio? Entretanto, aqueles patifes roubam à Nação, diariamente, mais de cem mil cruzeiros cada um, e ninguém toma providências; ninguém dá importância. Algo, no final por certo, há de acontecer.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muito prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.^a revela intranquilidade quanto às importâncias desviadas para socorro aos flagelados; posso dizer que vai além. V. Ex.^a se manifestou sobre a ocupação por indivíduos sem escrúpulos. Há, ainda, outra maneira de tirar o dinheiro dessa infeliz gente: o desfalque. Importâncias vultosas são desviadas por dirigentes ou pessoas encarregadas de chefias de setores e, mesmo, por pessoas inescrupulosas. Há dias, estourou um escândalo: a polícia procura um engenheiro acusado do desfalque de trinta mil cruzeiros. E, realmente, a irresponsabilidade reinante no País que estimula crimes dessa espécie. Punidos tais indivíduos — pode a Nação estar certa — os recursos de qualquer espécie, postos à disposição de quem quer que fosse, seriam honestamente aplicados.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, manobras de natureza Lima mencionada, às vezes escapam momentaneamente ao controle das autoridades governamentais. Não, entretanto, o caso lembrado pelo nobre Senador Fernandes Távora, dos fornecedores, que as autoridades sabem, que descontam dos flagelados, vinte por cento ao dia. Ao final de cada jornada, são quatro milhões de cruzeiros!

Sr. Presidente, vim à tribuna reclamar providências para a construção de prédios de correios e telégrafos em cerca de cinquenta cidades do meu Estado. É natural que me rebelo,

sabendo que essas importâncias, assim furtadas, poderiam, bem controladas, ter a destinação que estou reclamando. Quatro mil cruzeiros por dia. No final de um mês, seriam cerca de trinta prédios de correios e telégrafos; ao cabo de um mês, no mínimo, cinquenta, talvez maiores, e mais imponentes. O dinheiro, entretanto, vai para o bolso dos fornecedores, nomeados pelos departamentos federais responsáveis pelo amparo aos flagelados da seca do Nordeste.

Desviei-me do objetivo de minha oração, que era reclamar providências de ordem geral sobre os prédios dos Correios e Telégrafos para mais de cinquenta cidades do Estado de São Paulo, principalmente Cruzeiro e Pindamonhangaba.

O Sr. Fernandes Távora — Desviei-me para mostrar à Nação o que vem ocorrendo de grave no Nordeste.

O SR. LINO DE MATTOS — O Governo, mediante providências imediatas, pode encaminhar esse dinheiro ao Nordeste e gastá-lo em obras públicas necessárias aliás, deve gastá-lo.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Se o funcionário, a que há pouco aludi, está sendo procurado pela Polícia é que houve denúncia e, portanto, a Justiça resolverá o caso. Agora, V. Ex.^a está fornecendo outra pista, apontando fato de alta gravidade. E de esperar-se que a Polícia vá ao encalço desse prevaricador.

O SR. LINO DE MATTOS — No caso dos fornecedores, não há muito trabalho para a Polícia; pois é do domínio público no Nordeste. A Imprensa já registrou o fato, mas nenhuma providência foi tomada nem há esperança de que o seja. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRISCO DOS SANTOS:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PRISCO DOS SANTOS:

(Para explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, entendo que tem sido na vida pública brasileira, exemplo, pelos seus feitos e pelas suas virtudes, no exercício das funções públicas, merecendo, dessa maneira, nossa gratidão, respeito e admiração.

Entre esses vultos preeminentes, destaca-se a figura do ilustre brasileiro Inocêncio Serzedelo Correia. Era paraense de nascimento, oriundo de família pobre, lutou com dificuldades em seus estudos. Iniciou-os no Seminário de Belém, então dirigido pelo Bispo D. Antonio de Macedo Costa. Terminou lá o curso elementar, com distinção. Desejando progredir e estudar, porém sem dispor de recursos, assentou praça no Batalhão de Artilharia.

Veio, então, para o Rio de Janeiro, onde frequentou a Escola Militar, concluindo o curso com brilhantismo, merecendo notas distintíssimas.

Fêz, em seguida, o Curso do Estado Maior, onde obteve as melhores classificações. Imediatamente, esse ilustre brasileiro passou a reger cadeiras vagas, naquela Escola, como de professor substituto. Assim, ocupou as cadeiras de fortificações, de cálculos, de química orgânica, de botânica e biologia. Em todas revelou-se o mestre, a ponto de suas aulas ultrapassarem, pela imponência, com que eram ministradas, os limites da escola. Sua fama chegou aos ouvidos de S. Majestade D. Pedro II. Conta a História que, certa vez, visitando a Escola, S. Majestade assistiu a uma

de suas aulas, a de biologia; tal foi a demonstração de saber de Serzedelo Correia que D. Pedro II não conteve seu pensamento; elogiou o mestre, dizendo que nunca assistira aula de biologia tão bem dada. Note-se que Sua Majestade conhecia profundamente a matéria, cujos conhecimentos reforçara em viagens à Europa.

Dirigindo-se ao professor, perguntou-lhe D. Pedro II se ainda era muito republicano.

Respondeu: muito.

O Imperador, não obstante, indagou-lhe por que não tinha sido ainda efetivado.

— Vossa Majestade é quem deve saber, respondeu ele.

Data da sua ingresso como professor catedrático da Escola Superior do Colégio Militar, onde foi amigo íntimo de Benjamin Constant e um dos seus auxiliares diretos na propagação da República. Nessa fase, a Escola Militar era dominada por dois grandes movimentos: a Abolição e a República. Como amigo e companheiro de Benjamin Constant, Serzedelo Correia foi ativo preparador da República. Proclamada, fez-se ele secretário particular do Ministro da Guerra, o General Benjamin Constant. Em seguida, foi constituinte pelo Estado do Pará, em 1901.

Parlamentar, quando do golpe do Marechal Deodoro da Fonseca, dissolvendo o Congresso, Serzedelo Correia lançou protesto veemente contra o ato do Sr. Presidente da República de então.

Assumindo o Governo o Marechal Floriano Peixoto, revelou-se Serzedelo Correia administrador exímio, que honrou os cargos pelos quais passou. Foi Ministro da Fazenda, Ministro da Viação e do Exterior. Nesta pasta, resolveu, de maneira definitiva, a célebre questão dos Tratados das Missões.

Como Ministro da Fazenda, sua atuação foi das mais notáveis. Criou o Tribunal de Contas, contra a vontade do Marechal Floriano Peixoto. Essa iniciativa, aliás, merece ser analisada com mais detalhes, porque, através dela, revelou-se Serzedelo Correia homem digno, probo e cumpridor de seus deveres. Foi uma das causas de sua demissão.

Criado o Tribunal de Contas, convidado para presidi-lo um antigo senador do Império, Manuel Francisco Correia, monarquista irreductível, S. Ex.^a aceitou o cargo, declarando: "Venho servir à República porque vi que o ministro que me nomeou, com a fortuna pública e particular nas mãos, fez a reforma bancária, a que assistiu em todas as suas fases, com a virtude de um Sócrates".

O Sr. Fernandes Távora — Dá-me V. Ex.^a licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Esse fato enunciado por V. Ex.^a, por si só, bastaria para fazer de Serzedelo Correia um dos maiores republicanos do Brasil. Quando Floriano instituiu, por insistência de Serzedelo, o Tribunal de Contas, não gostou, e era natural, porque vivia naquele regime discricionário, que todos sabemos. Opondo-se o Tribunal a uma das nomeações feitas por Floriano Peixoto, este declarou a Serzedelo sua intenção de reformá-lo, porque no Brasil já havia quem mandasse mais do que ele. Serzedelo deu-lhe a resposta que só um homem de bem poderia dar a um despotista: "V. Ex.^a pode reformar esse tribunal, mas primeiramente demita-me, porque, quando V. Ex.^a anda bem, o tribunal aprova seus atos, mas, quando se afasta da lei, o tribunal tende agir diferente, contrariamente". O dito de Serzedelo, por si só, define um homem. Serzedelo foi realmente, uma das maiores figuras da República.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a

O Sr. Fernandes Távora — Belos tempos esses em que os homens não eram mandados.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Solicito permissão ao Senado para ler, do livro "Páginas do Passado", escrito por Serzedelo Correia, o episódio a que acaba de referir-se o nobre Senador Fernandes Távora, ocorrido entre o autor e o Marechal Floriano Peixoto.

"Creei este instituto com o veto absoluto.

Despesas condenadas pelo tribunal não podiam ser feitas de modo algum. Nomeei para presidente desse tribunal um velho político, encanecido no serviço público, justo, inteligente, honesto, austero e independente: o ex-Senador do Império, Manuel Francisco Corrêa.

Começaram de aparecer atritos entre o tribunal e os meus colegas de ministério.

Um dia, o marechal pediu a Limpo de Abreu, ministro da Viação, um lugar para Pedro Paulino, irmão de Deodoro e sogro do marechal Hermes.

Limpo de Abreu, prontamente, mandou addito ao seu ministério, com um conto de réis por mez.

No fim do mez mandou-lhe pagar o vencimento e o tribunal recusou o registro, sob o fundamento de que o governo não podia crear logares.

Limpo de Abreu correu para o marechal e em despacho lhe fez ver que já havia uma autoridade superior a elle: era o Tribunal de Contas.

O Marechal Floriano disse então:

— São, coisas do meu amigo ministro da Fazenda, que criou um tribunal superior a mim. Precisamos reformalo.

— Não, repliquei eu. Superior a V. Ex.^a, não. Quando V. Ex.^a está dentro da lei e da Constituição, o tribunal cumpre as suas ordens. Quando V. Ex.^a está fora da lei e da Constituição, o tribunal é superior a si".

Quando Floriano recebe o bilhete do Marechal, dizendo que lhe mandava o projeto de reforma do Tribunal, devolve-o com uma carta pedindo demissão.

O Sr. Fernandes Távora — Que saudades nos traz a lembrança daquele tempo em que havia homens de fibra!

O SR. PRISCO DOS SANTOS — O eminente Ministro João Neves da Fontoura publicou no O Globo um trabalho interessantíssimo sobre a vida de Serzedelo Correia.

E' o seguinte:

"Serzedelo Correia — Uma figura da República.

1. Os brasileiros que nasceram sob o signo da República e que, como eu, descendiam em linha reta da ala dos propagandistas, aprenderam bem cedo os nomes e os feitos dos próceres do novo regime. Tanto, dos que contribuíram para o advento dele, como para consolidá-lo, com a palavra, a pena ou a espada.

Meu pai despertou em mim, desde que me entendo por gente, o culto de seus semideuses políticos, especialmente Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto. Sem outras razões senão as do coraço e a iniciativa solidariedade familiar é que fui precocemente castilhistas, florianistas, antigasparistas. Só com a idade procedi a uma revisão dos meus primeiros juízos para confirmá-los, atenuá-los ou modificá-los.

Quanto a Gaspar Martins, não tardei a rejeitar as facciosas ob-

jeções que lhe faziam. O tribuna tinha falhas, como todos, mas sua figura iluminara fortemente a Monarquia e o Brasil. Sobre tudo, aos meus olhos, ele encarnava a paixão telúrica pelo Rio Grande, com o qual durante longos anos se confundiu, a ponto de referir-se a ele como propriedade privada — "o meu Rio Grande". O possessivo, no caso, significava sublimação na escala dos afetos.

Feitas as contas e descontos, continuei castilhistas e florianistas. Sem nenhum personalismo. Muito menos fanatismo. A idade arrefece as exaltações da juventude, substituindo-as pelo exame imparcial dos homens e dos fatos. Espiritualmente, a luz do outono é mais profunda e mais diáfana do que a da tumultuosa primavera.

Em Castilhos continuei vendo até hoje o corte do líder excepcional dos homens do seu tempo, o gênio construtivo, o "vir probus", o rude batalhador intransigente contra as perversões do regime. Sua impregnação filosófica não foi a minha, mas sem me preocupar com suas crenças ou descrenças estimei e admirei a organicidade de sua obra política, sua tentativa de equilíbrio entre a autoridade e as franquias espirituais e civis; especialmente sua paixão de intangibilidade do Rio Grande, que, a certa altura, ele converteu em escudo da República.

De Castilhos a Floriano, o caminho é natural. Diferentes em tudo, completaram-se na hora em que, possivelmente, sem a harmonia entre ambos, a restauração monárquica seria inevitável, ainda que passageira. Nem por isso menos tormentosa e sanguinolenta.

Mas o que em Floriano me seduz é a originalidade dos métodos, tanto militares como psicológicos, que soube empregar na debelação da Revolta da Esquadra e da Revolução de 93. Tudo no Marechal respirava autenticidade. Não copiou o que quer que fosse de nenhum modelo. Também não houve jamais Presidente mais brasileiro do que ele. Cabalmente brasileiro. E, dentro daquela equação pessoal aparentemente simplória, uma inteligência penetrante, uma sagacidade perigosa, uma singular rapidez entre as resoluções, quando assentadas, e a ação material. Até seu calculado jacobinismo contra os inocentes portugueses representou uma arma de captação popular, como são todas as exasperações nativistas, mesmo quando impróprias ou seródias.

2. Ao lado dos que orientaram e dirigiram, na cúpula, como hoje se diz, a transformação política operada a 15 de novembro de 89, outros altíssimos valores, então ainda jovens, colaboraram decisivamente na preparação, desencadamentamento e desfecho dos acontecimentos. Entre estes, Serzedelo Correia, cujo centenário de nascimento transcorre a 16 deste mês.

Minha experiência na política e no Governo ensinou-me que muitas das obras atribuídas aos mais novos, que vêem suas idéias, seus estudos, seus esforços consagrados sob firma alheia, enquanto eles permanecem no anonimato e até no esquecimento. Raros, raríssimos os que, como Rui Barbosa, são efetivamente autores de tudo quanto apresentam, propõem, escrevem ou dizem aos seus concidadãos, ouvintes ou leitores. Essas usurpações chegam a tal

extremo que, nos Estados Unidos, os que redigem os discursos ou os inspiram, são denominados "ghost-writers" — os escritores-fantasma!

A respeito de Serzedelo Correia, não se afirmaria com razão que sua capacidade, seus talentos, sua pugnacidade, seu saber multifórme, não houvessem ultrapassado a condição de colaborador ostensivo ou oculto dos chefes, sob cujas ordens serviu, com exemplar dedicação.

Serzedelo não foi somente um comandado ou um dos mais sólidos elos da cadeia de oficiais, a cujo idealismo se deveu o fim da Monarquia e a implantação da República. Sua projecção na vida do nosso País não tardou a verificar-se por obra dele, por sua conta, na esplêndida revelação de uma personalidade, como professor da Escola Militar, como Ministro de Estado de várias Pastas, até vítima do poder, que o encarcerou por suas idéias e diretrizes, como administrador, parlamentar, escritor, homem de pensamento, com acentuados traços de liderança".

3. O paraense Inocêncio Serzedelo Correia madrugou nos estudos primários. Como todos os que perdem o pai muito cedo e não dispõem de bens de fortuna, foi obrigado a lutar, ainda menino, para vir a ser um homem, no grande e belo sentido da palavra. A pobreza apontou-lhe o único caminho possível para preparar-se: o Seminário da Diocese, a cuja frente se encontrava D. Antônio de Macedo Costa, um dos protagonistas da chamada questão religiosa, que tanto contribuiu para aluir os alicerces da dinastia.

O destino do rapaz não era a milícia de Deus, porém a da Pátria e, assim, ainda adolescente, assentou praça no Batalhão de Artilharia, sediado em Belém. De lá veio matricular-se na Escola Militar, cujos estudos concluiu com notas distintas. O mesmo sucedeu no Curso da Escola de Estado-Maior e, posteriormente, no Curso de Engenharia. Com tanto brilho que entrou logo a reger, como substituto do professor ausente, a Cadeira de Fortificações, da qual passou, nas mesmas condições, sucessivamente para a de Mecânica, a de Cálculo, a de Química Orgânica, Botânica e Zoologia.

Mas não o proviam efetivamente na cátedra. Em 85, visitando a Escola, D. Pedro II, que já o conhecia e apreciava, perguntou-lhe se ainda estava muito republicano. "Muito, Majestade", respondeu Serzedelo. O Monarca indagou por que não o nomeavam catedrático. "O Governo de Vossa Majestade é que deve sabê-lo".

Data desse encontro o ingresso de Serzedelo no magistério superior do Exército, que foi uma das facetas mais brilhantes de sua vida.

A sociedade brasileira se achava, então, atraída por duas idéias: a Abolição e a República. No fundo, ambas se entrelaçavam, não só porque os adeptos de uma pertenciam, em geral, também à outra, como porque a brusca emancipação do elemento servil desorganizaria de tal modo o trabalho rural e desgostaria tanto os terratenentes, que, como viu claro o Barão de Cotegipe, a Abolição conduziria fatalmente à República.

A prova dessa interdependência entre os dois movimentos

Está em que muitos líderes autenticamente monarquistas se opunham à Abolição, menos por falta do que por suas inevitáveis consequências.

A Escola Militar se convertera em um dos mais ativos focos da propaganda republicana, graças à dominadora influência de Benjamin Constant. Toda a mocidade, que por ali passava, estava impregnada de sentimentos antimonárquicos. Os rapazes da época não só eram republicanos, como haviam absorvido os princípios de Filosofia Positiva, de Augusto Comte, professada por Benjamin.

Ao mesmo tempo, a questão militar, deflagrada pelo incidente Cunha Matos, alastrou-se novamente com a repreensão feita ao Tenente-Coronel Sena Madureira, Comandante da Escola de Tiro, de Rio Pardo, que publicara, sem licença prévia, em "A Federação", de Porto Alegre, um artigo discutindo assuntos militares, em resposta a acusações que lhe fizera, no Senado, o ex-Ministro da Guerra Francisco de Sá.

4. E' nessa altura que, por inspiração do General Deodoro e de Benjamin, começam a surgir os centros ou clubes militares em todas as guarnições. "Para unir a classe — escreveu Sena Madureira ao Capitão Sousa Castelo, de Porto Alegre — em defesa de nossos interesses comuns, e a fim de nos prepararmos para a luta, que teremos de sustentar contra as becas" (sic.)

Não teve outra origem o atual Clube Militar fundado naquela época. A primeira reunião de seus organizadores efetuou-se na residência de Serzedelo Correia. A Escola e os Clubes (a princípio eram cerca de duzentos) foram as bases da conspiração militar de que resultou a queda do Império.

Na reunião da noite de 9 de novembro de 89, Benjamin assumiu, em sessão do Clube, o compromisso de apresentar aos seus companheiros uma solução, no prazo de oito dias!

Antes de se separarem, Benjamin distribuiu a Serzedelo, seu fiel discípulo, a missão de ligar-se à Marinha, para conduzi-la ao próximo levante contra o Trono. O desempenho da delicada incumbência deixou-o Serzedelo explicado num dos seus livros — "Páginas do Passado". Foi no célebre baile da Ilha Fiscal (a derradeira festa da Monarquia) que Serzedelo abordou Lorena e Wandencolk, em nome de Benjamin, convidando-os para a revolução. Poucos dias depois, recebeu a resposta do Almirante Wandencolk: "Tenho prontos todos os navios de madeira (ainda os havia e em maior número)... mas não tenho o "Aquidabá", comandado pelo Alexandrino, imediato do Saldanha da Gama, a quem não me atrevo a falar".

Resolveu Serzedelo entender-se com Alexandrino. Alexandrino já era, à época, o esplêndido oficial da Armada que depois, duas vezes Ministro, reorganizaria a Esquadra, dando-lhe força e poder que nunca mais atingiu. A conversa entre os dois amigos foi rápida e conclusiva: "Se a coisa é séria — respondeu Alexandrino — para fazer-se a República, diz a Benjamin que conte comigo e o meu navio".

Nas últimas horas anteriores ao levante, tocou ainda a Serzedelo aplainar dificuldades com o Ma-

rechal Almeida Barreto, desafeto de Deodoro.

Muitos, muitíssimos foram os oficiais que colaboraram eficazmente para a implantação da República. A obra — diga-se sem meias-palavras — pertenceu principalmente aos militares, já que o partido republicano era, por toda parte, uma minoria. Minoria formada por altos espíritos, por pugnas de moços sinceros e ardorosos, porém minoria.

5. Como a vida de Serzedelo Correia se confunde com a do novo regime, vemo-lo já na noite de 15 no posto de Secretário de Benjamin, Ministro da Guerra. Tinha 31 anos de idade.

Nos primeiros tempos da República, não se tocava o antigo hino Nacional, sob a alegação de que era hino da Monarquia. Discorrendo vários oficiais desse ponto de vista, Serzedelo pos-se à frente de uma nova conspiração. Mas esta de outra índole: para que a República oficializasse o hino tradicional.

A 14 de janeiro de 90, efetuou-se em frente ao Palácio Maracá, sede do Governo Provisório, uma significativa manifestação a Deodoro. Tocou ao então Major Serzedelo Correia falar em nome do povo. Dirigindo-se ao Ministro da Guerra, disse o jovem oficial: "O Hino Nacional não é o hino de um regime, mas o hino da Pátria. E música já consagrada, que fala ao coração do Brasil". Pedis, por isso, que fosse restabelecido pelo Governo. Ali mesmo, por ordem superior, as bandas militares executaram a música de Francisco Manuel, abaixo de aclamações.

6. O golpe de Estado, desfechado por Deodoro contra o Congresso, em novembro de 91, não contou com o apoio, mas como a oposição de Serzedelo, à época deputado pelo Pará. Foi dos que prepararam o advento de Floriano, com a renúncia de Deodoro.

No Governo de Floriano é que se processa, a meu ver, a fase culminante da vida pública de Serzedelo. Durante aquele agitado período, o ilustre republicano se afirma de duas maneiras diferentes e até antagônicas: ocupando três das Pastas do Ministério e afinal separando-se do Chefe do Governo, por discordâncias com sua linha política. Em ambas, a figura de Serzedelo adquiriu autoridade, revelou dotes de estadista, ostentando a inabalável firmeza das suas crenças democráticas.

Logo no começo de 92, Floriano confiou-lhe as Relações Exteriores. Sem nunca ter tido direto contato anterior com os problemas da política externa, e numa fase povoada de incertezas, Serzedelo se comportou como um diplomata veterano, acertando nas soluções, encaminhando-as com felicidade, com as vistas lançadas para o futuro, revelando espírito organizador, limpo e justo.

Mal tomara posse do Ministério, e logo se lhe depara uma questão de magna importância: o nosso litígio com a República Argentina a respeito do antigo Território das Missões. A tentativa, feita por Quintino Bocaiuva (primeiro ministro republicano das Relações Exteriores) de uma solução, constante do Tratado por ele subscrito em Buenos Aires a 25 de janeiro de 1890, e pelo qual a área se dividiria entre os dois países, pereceu pela rejeição da nossa Assembleia Constituinte.

O problema voltara, assim, à estaca zero. Tinha de ser reconhecido. O Governo argentino desejava que o diferendo fosse submetido ao Juízo Arbitral. As duas partes, para esse fim, se lou-

varam no Presidente dos Estados Unidos.

Próxima estava a posse de Cleveland, na Casa Branca. Cleveland gozava da fama de ser dotado de grandes predicados. Serzedelo retardou quanto pôde a marcha da questão, de modo que o arbitramento coubesse a Cleveland e não a Harrison. Isso mesmo transparece da troca de notas entre Serzedelo e o Ministro da Argentina, no Rio, D. Agustín Arroyo.

Foi Serzedelo quem teve a iniciativa de convidar o Barão do Rio Branco, por sugestão do Visconde de Cabo Frio, para defender os nossos direitos perante o Arbitro. O cargo vagara pela morte do primeiro escolhido. A aceitação de Rio Branco correspondeu seu decreto de nomeação, já referendado pelo sucessor de Serzedelo, o Ministro Paula e Sousa.

Quem lê o Relatório, apresentado por Serzedelo a Floriano, em junho de 92, fica espantado ao verificar como aquele homem, até aí estranho aos problemas diplomáticos, resolveu tantas coisas em tão pouco tempo, com método, segurança e bom-senso. Não só pôs em marcha a liquidação do pleito sobre o Território das Missões, como promoveu a demarcação dos nossos limites com a Guiana Francesa, estudou proveitosamente as minutas de Tratado de Comércio com a França e a Alemanha, e a revisão dos já assinados com Portugal e os Estados Unidos.

A presença e a influência de Serzedelo Correia no palco internacional da época não se encerrou com sua exoneração da Pasta. Anos depois, quando a Bolívia alegou seus direitos de soberania sobre o Acre Setentrional, Serzedelo veio à imprensa sustentar a improcedência da reclamação dos nossos vizinhos, pois *uti possidetis* garantia ao Brasil a posse do território, nunca ocupado antes de nós e nunca policiado senão por brasileiros, o que, aliás, foi reconhecido pelo Tratado de 1867, celebrado com a Bolívia.

7. Mas Floriano, a braços com a crise financeira, o câmbio aviltado, o Banco do Brasil e o da República em vésperas falimentares, teve de prover à sucessão de Rodrigues Alves na Pasta da Fazenda. Suas vistas se voltaram para um homem de confiança e capacitado: Serzedelo Correia. Por isso, em agosto de 92, o nomeou para o cargo.

O primeiro cuidado do novo Ministro foi a fusão do Banco da República com o Banco do Brasil, obra que levou o cabo a duras penas.

Sobre seus ombros entrou ainda a pesar uma nova responsabilidade: a da Pasta da Agricultura e Viação, que exerceu cumulativamente com a administração do Tesouro. Não era dos que se limitam a assinar o expediente de outro Ministério, tanto que tratou de enfrentar corajosamente o drama dos transportes, até hoje incompletamente resolvido. E mesmo agravado com o crescimento das relações do comércio e da produção nacionais. As providências que adotou então, foram as mais razoáveis e bem fundadas. A sua atividade se deve a posterior duplicação da Estrada de Ferro de Santos a Jundiá e o azeiteamento das obras das docas de Santos.

Os problemas da Fazenda, porém, enchiam suas maiores preocupações. Homem reto, respeitando regras da lisa no emprego dos dinheiros públicos, vol-

tou-se para a criação do Tribunal de Contas. Para presidir-lo, nomeou um antigo senador do Império, Manuel Francisco Correia. Este era um monarquista irreductível mas aceitou o cargo, declarando: "Venho servir à República, porque vi que o Ministro, que me nomeou — com a fortuna pública e particular nas mãos — fez a reforma bancária, a que assisti em todas as suas fases, com a virtude de um intransigente adversário do sistema político."

Não conheço mais belo elogio a um homem de Governo, sobretudo porque partido de um intransigente adversário do sistema político.

Parece certo que a Floriano não cheirou bem a criação do Tribunal de Contas. Quando, tempos depois, aquela Corte negou registro à despesa referente à nomeação de um seu protegido, o Marechal argumentou: "Já tem este País quem mande mais do que eu. É o Tribunal de Contas. Precisamos reformá-lo."

Serzedelo atalhou: "Quando V. Exa. está dentro da Constituição e das leis, o Tribunal cumpre as suas ordens. Quando V. Exa. está fora delas então, sim, o Tribunal é superior a V. Exa. No caso presente, Vossa Excelência está errado e o Tribunal está certo. Não podia ser criado um lugar para aquela pessoa. A despesa, portanto, é ilegal".

Não deixou de juntar: "Se V. Exa. quer fazer a reforma do Tribunal, demita-me primeiro."

O talhe desses homens já vai rareando na medida dos políticos. Ficam nos cargos, sem quaisquer condições. Até contra seus porcos não posso subrevertê-la".

Para aprendizagem das gerações mais moças, cumpre evocar, sempre que possível, os nomes daqueles que, por feitos e virtudes, honraram a função pública, sem colocar o gozo de desempenhá-la acima da dignidade de servi-la. Nem tudo se perde com a passagem dos anos.

II

Floriano continuava irritado com o Tribunal de Contas. Uma nova crise acabava de rebentar entre o Executivo e aquele órgão.

Por outro lado, a situação político-militar pressurgida cada dia mais grave. Os adversários do Marechal entendiam que, com a renúncia de Deodoro, impunha-se constitucionalmente nova eleição para a Presidência da República.

A opinião política se dividia em torno da interpretação do pacto fundamental. Sumidades jurídicas esposavam teses contraditórias. Serenamente, já nestes limiares da apostasia, o que se pode dizer é que a regra do Art. 42 da Constituição de 91 sofreria uma exceção no caso de assumir Floriano o cargo, antes de se completarem dois anos da posse de Deodoro. Era o que resultava da desapaixada inteligência das Disposições Transitórias. E foi assim que o consideraram as Comissões de Justiça da Câmara e do Senado.

Do ponto de vista da realidade da época, um pleito, nas condições subversivas em que se debatia a Nação, poderia equivaler à morte do regime, pois a ideia restauradora aparecia vigorosamente sustentada. Mesmo nas Classes Armadas — sobretudo na Marinha, graças ao prestígio de Saldanha da Gama, notoriamente monarquista — a agitação lavrava profunda e perigosa. Por outro lado, os federalistas do Sul organizavam a revolução, que de-

pois desencadearam sincronizada, a certa altura, com a Revolta da Esquadra nesta baía de Guanabara.

Florianos assumiu — e cumpriu — a missão de consolidar o novo regime. Graças a ele, a volta do Brasil aos padrões dinásticos se tornou, então, praticamente impossível.

Exercia a Pasta da Marinha o Almirante Custódio de Melo, o mesmo que forçara, de bordo do couraçado "Riachuelo", a renúncia de Deodoro, em novembro de 91. Melo, visivelmente se preparava para insurgir-se contra o Chefe do Governo, que acabou por dar-lhe substituto no Ministério.

A crise entre os dois militares se acentuava devido aos problemas, que então dividiam o Rio Grande do Sul, e ameaçavam desfechar num movimento armado. Melo patrocinava os adversários de Júlio de Castilhos. Ao contrário de Florianos que, segundo seu jeito, não se definia, mas tratava de ajudar Castilhos por acreditar — e não se enganava — que o famoso chefe gaúcho representava uma garantia de solidariedade ao seu Governo e à República.

Num dos despachos coletivos em que o assunto voltou à discussão, Serzedelo propôs que Florianos mandasse um telegrama ao Marechal Moura, Ministro da Guerra, então em Porto Alegre, a fim de que ele tirasse a limpo o fundo da situação do Estado. No despacho seguinte, Melo o interpelou para saber se expediria o telegrama. "Não, respondeu o Marechal, mudei de opinião". O Almirante contestou: "V. Ex.^a não podia mudar de opinião; era assunto resolvido por todo o Ministério".

Florianos não gostou do reparo e pronto revidou: "Mudei. Se o senhor quer a Presidência da República, eu lhe passo o Governo".

A réplica do Almirante foi incisiva: "Se eu quisesse a Presidência, quando tinha os canhões do "Aquidaban" voltados para a cidade, não teria vindo ser Ministro da Marinha do seu Governo".

Conta Serzedelo, testemunha desse diálogo, que Melo imediatamente se despediu e saiu da sala, apresentando seu pedido de demissão por carta.

Dias depois, Florianos mandou um de seus ajudantes-de-ordens levar uma carta a Serzedelo, juntamente com o esboço de um decreto de reforma do Tribunal de Contas, elaborado por Felsbelo Freire, Ministro das Relações Exteriores.

A resposta foi o pedido de exoneração. Serzedelo saiu, deixando a 18 um câmbio que encontrara a 5, além de uma vasta provisão de esterlinos. Naquele tempo não se falava em dólares, mas em libras inglesas.

Finalmente, a 6 de setembro de 92, a Esquadra se rebelava sob o comando do Almirante Custódio de Melo.

2. Serzedelo, fora do Governo, regressara às suas aulas na Escola Militar. Não tardaria, para ele, a contingência de optar entre o dever militar e seus pontos de vista estritamente políticos.

Convocado, pouco depois do levante, a comparecer à presença do Comandante da Escola, respondeu com o pedido de demissão do Exército, acompanhado de uma carta. É um documento com o cunho de alta nobreza e que contém uma lição para os militares, que se achavam em circunstâncias idênticas ou seme-

lhantes: "Resolvi pedir minha demissão do posto de tenente-coronel de engenheiros, único meio digno de manter-me corretamente na posição em que me acho; ou, com mais verdade, na posição em que me colocaram os acontecimentos políticos e as responsabilidades dos cargos que exerci. De um lado, meu dever militar, mas de outro, as minhas divergências políticas, as condições em que me retirei do Governo, as relações de amizade com o Almirante Melo, o que tudo, se não pode de modo algum autorizar suspeitas de ligações com a revolução, sendo, todavia, motivo bastante delicado para despertar escrúpulos, que quero respeitar, leva-me a tomar a deliberação constante do requerimento incluso".

Naquela hora incerta, quando a ninguém era dado devassar o futuro, para saber qual dos contendores venceria a partida, a atitude de Serzedelo Correia reval, definitivamente, os elementos morais predominantes na sua formação cívica e sua compreensão do dever militar. Ou a adesão aos rebeldes, ou a tomada de armas contra eles, mas também contra as imposições de sua consciência, os melindres da posição política, que lhe resultara com a saída do Governo. O caminho reto era o da demissão do Exército. Por ele enveredou sem hesitações, não obstante a perda de quase vinte anos de serviço e — o que avulta — a condição de homem, que, acabando de exercer três Ministérios — um deles o da Fazenda — não possuía, para viver, senão o modesto soldo de tenente-coronel.

Há uma filosofia que emerge inevitavelmente daquele desfecho. E Serzedelo mesmo não fugiu a formular-lhe as conclusões. "A situação me convenceu da radical incompatibilidade, que existe entre a política e a disciplina, entre as opiniões livres do homem político e os deveres da obediência fria, mas honrosa, do soldado".

3. Florianos, acossado da banda do mar pela Esquadra e a ameaça de desembarque, tendo de fazer frente à vaga revolucionária que vinha rolando do Sul, sem navios para combater os insurretos, e ainda a braços com uma oposição civil irredutível, não podia contemporizar com o gesto do seu antigo Ministro. Nas lutas intestinas, exemplos, como aquele, são às vezes mais danosos do que vários batalhões sublevados.

Por isso não tardou em mandar prendê-lo no 7.^o de Infantaria. Alguns dias depois, Serzedelo teve de comparecer à presença de dois oficiais de igual patente, que o interrogaram: Roberto Trompowsky e Agrícola Evertou Pinto. Foi Serzedelo mesmo quem, em artigo escrito para a "Gazeta de Notícias", referiu as perguntas que lhe fizeram e as respostas que deu. Nestas, repetiu os motivos que o determinaram a demitir-se do Exército — além dos publicados, outros reservados que deveriam estar em mãos de Florianos.

A parte importante do depoimento é esta: "Só uma coisa me faria tomar armas, não como oficial, mas como simples soldado: é se me convencesse de que se tratava de restauração monárquica. Nessa ocasião, digo-o aqui para conhecimento do próprio Governo, poderá ele alistar-me na fileira, como soldado, no dia em que correr perigo a República".

Serzedelo pertencia à "ala dos namorados" da República. Esta era a palavra mágica que, em todos eles, despertava um sentimento de solidariedade até com os contendores mais ferrenhos. Aquêles homens, que a tinham proclamado, que por amor dela arriscaram a vida e a segurança, não cediam um passo a possibilidade de restauração monárquica. Mesmo os desiludidos não a renegaram, limitando-se a dizer, como Silva Jardim: "Esta não é a República dos meus sonhos".

O Governo foi, porém, implacável. A época era de extremos. Concedida a demissão, transferiram o ex-Tenente-Coronel Serzedelo Correia para um cubículo da Casa de Correção. Durou nove meses a privação da liberdade. Meses difíceis, porque o dinheiro acabou e o ex-Ministro de três Pastas teve de escrever à sua progenitora, este bilhete: "Faça leilão de tudo que possuímos, guardando apenas os meus livros, e vá se mantendo com isto até que eu saia da prisão e possa cuidar da senhora, minha adorada Mãe".

Como é dos estilos, a carta foi parar às mãos do diretor da Correção, que não tardou a remetê-la ao Chefe do Governo.

Ainda nesse incidente reluzem, com igual brilho, as duas figuras: a de Florianos e a de Serzedelo.

Terminada uma reunião do Ministério, disse Florianos: "Quero mostrar aos senhores como tenho feito um Governo honesto".

O Serzedelo, que geriu várias pastas e foi meu verdadeiro Presidente do Conselho, está paupérrimo".

Cassiano Nascimento, que relatou mais tarde o epílogo daquela conversa de Florianos com seus Ministros, não se conteve, que não dissesse: "Serzedelo, que foi Ministro de várias Pastas, tem sua mãe sem ter o que comer. Por quê V. Ex.^a não mandou soltá-lo?".

"Não, redarguiu Florianos, não posso. Ele iria para a revolta; e eu não quero que a República perca essa assombrosa atividade e esse caráter".

4. A vida pública de Serzedelo Correia poderia parar aí. Seu lugar já se achava garantido na galeria dos melhores brasileiros. Mas, se o militar ficara fora das fileiras, o homem público continuava na vanguarda em defesa de seus ideais. Não escreveu Barthou: "le politique espère toujours"?

Terminada a Revolta da Esquadra, restituído à liberdade, o povo carioca o elegeu deputado pelo Distrito Federal. Não tardou a apoiar o projeto de anistia aos revolucionários, anistia que ele, em seu discurso, denominou com extrema felicidade "a mais completa e a mais fecunda das repressões". Acrescentou que o faria "sem ódios, esquecido do que sofreu, das lágrimas que viu derramar, pedindo clemência para os vencidos, porque de lado a lado houve erros, de lado a lado houve faltas, de lado a lado houve idéias que enobrecem o homem, enaltecem o caráter e engrandecem uma época".

A estação heróica ficara encerrada. Despontava, para o homem de pensamento, para o profundo conhecedor dos problemas internos, a fase construtiva.

Como relator do Orçamento da República, seus trabalhos constituem páginas de ensinamentos. Seus discursos sobre as questões econômicas e financeiras continuavam com um toque de profunda atualidade, pois muitos dos problemas, cujas soluções propôs ou discutiu, ainda não saíram da pauta, como "as emissões sem regra, os enriquecimentos rápidos, os portos carecendo de tudo, as estradas de ferro dando "déficit" e desse "déficit" não escapa a Central desorganizada, a carestia da vida, o parasitismo entre nós assustados, o número de funcionários inúteis é enorme de funcionários inúteis é enorme e aumenta dia a dia". Todas estas palavras são textuais e parecem proferidas ontem, na Câmara ou no Senado!

Revertendo ao serviço do Exército, por força da lei, como todos os que se encontravam na mesma situação, Serzedelo recusou a receber os atrasados. Novo gesto que o singulariza, sobretudo por não dispor de bens de fortuna.

A vida parlamentar de Serzedelo Correia prolongou-se por algumas legislaturas da Câmara dos Deputados. Foi eleito pelo Pará, pelo Distrito, por Mato Grosso. Sua assiduidade aos trabalhos, sua colaboração de especialista no encaminamento dos problemas econômicos e financeiros, sua fidelidade aos ideais que pregava na Propaganda, sua incorruptibilidade, sua cultura, sua eloquência nos debates asseguraram-lhe um lugar entre os nossos grandes parlamentares.

5. Nenhum relevante acontecimento político do seu tempo deixou de contar com sua presença, seu aplauso ou sua discordância. Não frequentou apenas a tribuna da antiga Cadeia Velha, senão também a das conferências, a do Clube de Engenharia e até a da praça pública, assim como as colunas dos jornais mais importantes.

Por volta de 1898, ocorre um fato de magna importância para o nosso país. Serzedelo concorrera de maneira decisiva na sua preparação quando Ministro das Relações Exteriores; o laudo do Presidente Cleveland, dando total ganho de causa ao Brasil no litígio com a República Argentina, sobre o antigo Território das Missões.

Conhecida a notícia, a cidade vibrou com ela. Gente de todos os bairros acudiu ao comício festivo, convocado para o Largo de São Francisco, que ainda era o nosso "forum" romano.

Formou-se depois a manifestação, que buscou o Palácio Itamaraty, diante do qual, em nome do povo, coube a Serzedelo saudar, perante o chanceler da época, a vitória no pleito. Era edificante assistir a essa demonstração de continuidade, de que a Pasta das Relações Exteriores oferecia aos brasileiros um belo testemunho. Talvez o único. Os homens por ali passam; as obras continuam, independente das pessoas. Desse modo, prosseguem as iniciativas dos que partiram. A única perenidade é a do Brasil. Naquela tarde, do meio da multidão, com ela confundido, falava o Ministro que colocara na base do monumento as primeiras pedras, sobre as quais assentaria o resultado final, que se estava festejando.

8. Quando Nilo Peçanha ascendeu à Presidência da República, por morte de Afonso Pena, escolheu Serzedelo Correia para ocupar a Prefeitura deste Distrito Federal. Foi o último grande pósto que exerceu. Exerceu e engobrecceu. E sabidamente dos mais difíceis, porque o administrador, aqui, está sempre "em oratório", como se diz do monumento as primeiras pedras dos processados pela Inquisição, diante de uma população atenta, de uma opinião pública implacável, exigente, satírica e até insulente nas críticas, como as de todas as metrópoles. Apesar disso, a capital é hoje uma cidade em que tudo falta, menos a permanente hemorragia dos contribuintes, sangrados por uma fiscalidade exacerbada, onde tudo lhes tira e pouco ou nada lhes retribui em melhoramentos, mínimo de conforto e bem-estar.

A frente da administração do Distrito, em dois anos Serzedelo Correia acumulou saldos de benemerência perante o cidadão. Não foram só as vistosas zonas ricas e elegantes, que sua administração aproveitou com obras e serviços, mas os abandonados subúrbios. Cuidou da higiene pública, da assistência, do ensino primário e profissional. Construiu casas para operários. Vivia Operária Pereira Passos, atendeu a Copacabana, a Tijuca e ao Sertão, sem reduzir a Prefeitura a condição de massa falida, em que hoje se encontra.

Quem pudesse varejar os arquivos da cidade, veria sem esforço ou parcialidade, a marca do homem ilustre, que consagrou a cidade para — percorrer uma linha reta da sua cátedra na Escola Militar, ainda na Moura, até seu derradeiro dia sobre a terra, sem afastar-se do estrito cumprimento de seus deveres para com a Pátria, cumpridos sempre com inteligência, amor aos livros, probidade, espírito de sacrifício. No Governo, como na Oposição. E até no cárcere!

7. Quando, nestes dias, dediquei várias horas ao estudo da vida e da obra de Serzedelo Correia, não concluí apenas por situá-lo entre os mais brilhantes oficiais do nosso Exército — um professor que não perdeu, no magistério, a alma do soldado. Também me dei conta de que ele revelou, em preparação, igual, excepcionais dotes de homem público, de parlamentar, de estadista, de brilhante frequentador da imprensa e da tribuna de conferências.

Ao contrário do que se poderia supor, o exame dos acontecimentos de que tão destacadamente participou Serzedelo no período governamental de Floriano Peixoto, robusteceu minha admiração pelo Marechal de Ferro. A atitude, por este assumida contra seu amigo e três vezes Ministro, está longe de assemelhar-se ao epíteto das mesquinharias conspirações tão comuns na copa dos Palácios de Governo. O que levou Floriano a forçar a saída de Serzedelo do Ministério, e até ulteriormente a mandar prendê-lo por tantos e duros meses, não foi o espírito de emulação que até os supremos governantes têm por vezes em relação aos seus melhores colaboradores. Muito menos a influência dos baixos grupos, que não raro situam isolam e empolgam os Chefes de Estado, ma-

nejando a intriga e a perfídia para o monopólio das boas graças quando não de favores inconfessáveis e até de lamacentos negócios. A esses perigos Floriano sempre se revelou inacessível. Neste país, ninguém dispôs nem perseguiu com maior intransigência as cliques oficiais. Também nunca houve quem, mais do que ele, cortasse o passo não só aos ladrões, senão aos simples desonestos, de cima e de baixo, de fora e de dentro de sua órbita de influência. Até por isso ficou célebre.

Para mim, é fora de dúvida que a atitude de Floriano contra Serzedelo resultou da óbvia e desconfiança do Marechal — "confiar, desconfiando sempre" — e de sua intransigente deliberação de não poupar ninguém, fosse quem fosse, capaz de pôr em risco o Governo. Tanto os que já estavam de armas nas mãos, quanto os que ameaçavam empunhá-las, como o fizeram aqui, a 6 de setembro, os revoltosos da Esquadra e, antes os federalistas do Rio Grande.

Ora, Serzedelo e o Almirante Melo eram íntimos amigos. Melo, para Floriano, representava o adversário natural, o inimigo larvado: o anti-Floriano, como fora o anti-Deodoro.

E os fatos subsequentes provaram que as desconfianças do governante não eram infundadas.

Por outro lado, a firmeza com que Serzedelo geria suas Pastas a irredutibilidade que manifestara no atrito com o Tribunal de Contas: sua bela altaneira que não era incompatível com a amizade e lealdade ao Marechal — isso, acrescentado à ligação pessoal com o Almirante Melo, determinou a agreste e despropositada reação de Floriano. Ao formular-se um julgamento póstero acerca da pessoa deste em relação aos motivos que determinaram o rompimento com Serzedelo, nenhuma opinião pode comparar-se à do último.

Pois está Serzedelo a deixá-lo, expressa e esplêndida, nas "Páginas do Passado". Depois de narrar os fatos, concluiu: "Não lhe tenho ódio por isso. Antes imensa veneração por sua memória e grande admiração por sua ação patriótica. Ele foi um benemerito".

Estas palavras de Serzedelo Correia honram tanto a Floriano, como as que Floriano proferiu sobre seu antigo Ministro: "Eu não quero que a República perca essa assombrosa atividade e esse caráter". Por isso, o marinha preso na Casa de Correção! Contradições e mistérios que só a Política explica. Ou não explica.

O SR. PRESIDENTE:

Lembro ao nobre orador que está esgotado o tempo de que dispõe.

O SR. PRISCO DOS SANTOS — Vou terminar, Sr. Presidente.

Muito teria que dizer sobre a vida desse grande brasileiro, da dignidade com que soube exercer os cargos que ocupou durante sua vida.

Foi Governador do Paraná, Deputado não só pelo Estado do Paraná, como de Mato Grosso e do Distrito Federal. Aliás, por Mato Grosso depois que voltou do exílio pelo fato de haver participado da célebre Revo-

lução da Vacina Obrigatória. Foi também Prefeito do Distrito Federal ao tempo do Presidente Nilo Peçanha, fazendo uma administração digna de elogios.

Sr. Presidente, apesar da angústia do tempo não posso deixar de prestar, no dia em que transcorre o centenário de nascimento desse ilustre brasileiro, essa homenagem — e permitam-me a ousadia de dizer — do próprio Senado como do meu Estado e do Brasil.

Serzedelo Correia foi um grande homem, um grande brasileiro, merecia a admiração e o respeito de todos nós. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Julio Leite, para explicação pessoal.

O SR. JULIO LEITE:

(Para explicação pessoal. Lê o seguinte discurso) — Na última sessão, Sr. Presidente, ocuparam esta tribuna vários senadores, dentre eles o ilustre representante do Estado do Piauí, o senador Mendonça Clark.

Tratou S. Ex.^a com a proficiência costumeira, dos problemas que afligem o seu Estado, e em decorrência, o Nordeste, abordando, em certo trecho de seu discurso a atitude política assumida por elementos de destaque de sua terra, e a nova linha partidária que, mercê de várias circunstâncias, vieram a adotar.

União representante do P. R., no plenário, sentado ao lado de S. Ex.^a por mais de uma vez, senti a tentação de apartá-lo, para lhe dizer, de viva voz, da satisfação do nosso partido com o seu gesto, ingressando nas nossas fileiras.

Mas, a entrada de S. Ex.^a para o P. R., pelo que representa, está a exigir uma demonstração pública do nosso regozijo, e um simples aparte, não daria a ênfase necessária.

E S. Ex.^a, sem favor, uma das personalidades mais interessantes desta Casa.

O Sr. Filinto Müller — De pleno acordo.

O SR. JULIO LEITE — A exuberância de sua saúde, a tranquilidade que lhe dá uma situação econômica e financeira comoda, da maior firmeza, estão sendo canalizadas num sentido elevado e digno de especial registro.

Poderia S. Ex.^a continuar a tradição dos seus maiores, desenvolvendo, ainda, mais, a afamada Casa Inglesa, uma das mais antigas e importantes organizações do Norte do País, e gozar, como justo prêmio, em terras estranhas, o resultado do seu esforço.

Sr. Presidente, o dinamismo de que é possuidor não lhe permite ir preso dentro das lindas do comércio, das suas atividades de chefe da filial James Frederick S. A. e, e, e, na seara da política, com assento nesta Casa, redescobrimo o Piauí, para muitos brasileiros, em uma série de discursos, longos, meditados, repletos de dados, de fatos e argumentos.

Cursa a Escola Superior de Guerra não como um mero dilectante, e lá não se queda como um simples ouvinte, antes participa ativamente dos debates, e se assenhoreia de conhecimentos sobre problemas básicos da nacionalidade, especializando-se em assuntos econômicos, o que lhe vem permitindo uma atuação esclarecida e eficiente na Comissão de Economia.

Há dias, lembramo-nos todos, reuniram-se em uma das salas da Casa, membros da prior profissão no cenário nacional para discutirem e

certarem medidas com os senadores que, em comissão, foram ao Nordeste, com relação ao bem-estar dessa região.

Foi o Senador Mendonça Clark o autor da ideia da criação dessa Comissão.

E foi o mesmo senador Mendonça Clark que, na aludida reunião, como relator, apresentou um estudo completo, objetivo, dando uma cabal demonstração de sua capacidade e de seu espírito público.

O Sr. Mendonça Clark — Dá licença para um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com muito prazer.

O Sr. Mendonça Clark — As palavras de V. Ex.^a são, certamente, as de um amigo, do homem que esteve, desde o primeiro momento em que vim para esta Casa, sentado ao meu lado. Naturalmente, o estreito contato estabelecido, entre nós, ligação de amizade muito profunda. Assim, só posso interpretar a manifestação de V. Ex.^a como gentileza e demonstração de amizade a minha pessoa. Fico muito grato pelas expressões de Vossa Excelência a meu respeito. Devo esclarecer que, ao ingressar no P. R., e ao organizar esse Partido no Piauí, não tive outra preocupação senão a do engrandecimento do meu Estado e, através deste, prestar serviços ao meu País.

O Sr. Filinto Müller — Já que o ilustre orador permitiu o aparte em explicação pessoal, quero também valer-me da oportunidade para dar inteira solidariedade às palavras de V. Ex.^a O nobre Senador Mendonça Clark, em várias oportunidades, tem ocupado sua cadeira no Senado, e em todas essas ocasiões revelou sempre alto espírito público e uma competência que o torna um dos elementos mais admirados do Senado da República.

O Sr. Mendonça Clark — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JULIO LEITE — Eu me sinto particularmente satisfeito, nessa hora de definições na política nacional, em vir dar conta, ao Senado, da alegria, de confiança e do entusiasmo com que foi recebido no seio do Partido, o Senador Mendonça Clark, pois foi de grande relevo a contribuição que deu para sua atitude.

Sr. Presidente, a inteligência e a cultura de S. Ex.^a do serviço de uma capacidade de ação invulgar, irão dar, posso afirmar com absoluta segurança, à nossa bancada, maior mobilidade, diria melhor, usando uma palavra tão em voga no momento, maior agressividade, para maior presença do nosso partido republicano. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, para explicação pessoal.

O SR. OTHON MÄDER:

(Para explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é sempre grande constrangimento que ocupo esta tribuna para tratar de assuntos do meu Estado, principalmente quando neles está envolvido o Governador, Sr. Moisés Lupion; entretanto, o dever de representante do Estado e de integrante da Oposição nos obriga a vir, sempre que necessário, denunciar o que está sendo praticado em nosso Estado, de modo irregular ou contrariamente às leis.

Tendo sido informado que o Governador do Paraná, vem cogitando o

Banco do Estado do Paraná a realizar operações bancárias altamente prejudiciais e até ruins, para favorecer pessoas, empresas ou grupos econômicos ligados ao Sr. Moyses Lupion ou que deles participa direta ou indiretamente, apresento hoje à consideração da Mesa do Senado, três requerimentos de informações, para que o Poder Executivo, através do órgão administrativo próprio, se digne atendê-los, conforme a da lei e do Regimento Interno desta Casa.

Sabe-se, Sr. Presidente, que valendo-se da sua posição de Governador do Paraná, com influência e autoridade diretas e incontestáveis sobre a direção do Banco do Estado, nomeada por seu arbítrio exclusivo, o Sr. Moyses Lupion vem exigindo da quele estabelecimento de crédito, para si, suas empresas e seu grupo, conhecido em toda parte, pela denominação de "Grupo Lupion", empréstimos, adiantamentos, descontos e outras operações semelhantes, que se elevam a mais de seiscentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 600.000.000,00), quando o capital daquele banco é de apenas sessenta milhões (Cr\$ 60.000.000,00). Sabe-se ainda, que nos vencimentos dos títulos e compromissos, são estes resgatados através de novos descontos ou operações de crédito, onde são acrescidos os juros, selos e despesas extras. Nenhuma amortização é feita e em geral a dívida fundada é aumentada consideravelmente. Substituem-se uns devedores por outros, sempre do mesmo grupo e assim a dívida vai crescendo numa progressão alarmante.

Isto tudo é ainda agravado pela circunstância dessas operações serem feitas sem as garantias imprescindíveis e até com pessoas e firmas sem idoneidade financeira adequada e algumas até sem nenhuma idoneidade.

Estas operações temerárias se fazem por ordem, imposição ou insinuação superiores, obrigando o Banco a recorrer a processos de captação de depósitos, proibidos pela lei e pela ética bancária. Desta forma, aquele instituto de crédito de tão antigas e nobres tradições na vida econômico-financeira do Paraná, vem sofrendo um impacto que lhe cria imensas dificuldades. Por muito sólido e organizado que seja um banco, como sempre foi o Banco do Estado do Paraná, não resistirá a uma proungada e sistemática gestão de abusos e de práticas contrárias aos princípios e regras que regem a vida de uma instituição bancária. É o que infelizmente vem acontecendo no banco estadual, por imposição do Governador Lupion. Se uma providência pronta e eficaz não for tomada para impedir a continuação da nefasta intervenção do Governador naquele instituto de crédito, um futuro sonhrio se esboça para uma instituição oficial que tem sido nosso orgulho e que desejamos ver cada vez mais forte, acreditada e prestigiada.

Para que tal não aconteça é que embora tardiamente, porque cansamos de esperar por uma modificação na sua orientação administrativa, pretendemos agir com o sincero e aleivado propósito de prevenir que chegue a uma situação irremediável. O Banco do Estado do Paraná não pode sofrer interrupção na sua marcha ascendente e muito menos um colapso. Temos o dever de impedir que uma ou outra coisa aconteça àquele estabelecimento, fundado com o dinheiro do povo paranaense. Assim encaminho à Mesa hoje mesmo para que não se perca tempo, os três aludidos requerimentos de informações, reservando-me para numa das próximas sessões justificá-los e comentá-los com os elementos que são

do conhecimento público e que confirmam plenamente as suspeitas de que fatos de responsabilidade do Governador Lupion estão já ocorrendo, engrossando o volume de abusos, desmandos e escândalos, em que tem sido tão pródigo o chefe do Executivo estadual do Paraná, que não tema ninguém e a nada, nem as leis nem a moral, porque de todos seus crimes tem saído impune e até mais prestigiado. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Do Comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal a Mesa recebeu ofício, convidando os Srs. Senadores para as festividades do 102.º aniversário da Corporação, no dia 2 de julho próximo. (Pausa)

Trminou na sessão anterior o prazo durante o qual, nos termos do art. 214, § 1.º, da lei interna, devia permanecer sobre a Mesa, para eventual recebimento de emendas, o Projeto de Resolução n.º 10, de 1958, que acrescenta parágrafos ao artigo 154 do Regimento Interno.

Nenhuma emenda foi apresentada nessa fase.

O projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa)

Vai ser lido requerimento do nobre Senador Nelson Fermo.

E lido e aprovado o seguinte.

Requerimento n. 242, de 1958

Considerando a natural e sobretudo oportuna lição sobre o pan-americanismo, no momento tão perigosamente deturpado nos seus fundamentos e nas altas finalidades que o inspiram, desunindo ao invés de unir os povos do Continente, esclarecendo o cimentando as relações entre eles, requero por intermédio da Mesa do Senado, a publicação nos seus anais de acordo com o Regimento, da entrevista ontem sobre esse grave e emocionante assunto concedida ao Jornal do Brasil, e que tanta repercussão alcançou pelo eminente Embaixador Oswaldo Aranha.

Sala das Sessões, em 16-6-58. — Nelson Fermo.

O SR. PRESIDENTE:

O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia. (Pausa)

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Othon Mäder.

São lidos e deferidos os seguintes requerimentos.

Requerimento n. 243, de 1958

Nos termos do Regimento Interno, desejando obter informações seguras da evasão e sonegação do Imposto sobre o que se digne solicitar ao Sr. Ministro da Fazenda, cópia fiel e integral do Relatório da Inspeção que acaba de fazer no "Banco do Estado do Paraná S/A." (Curitiba) e apresentação à Delegacia Regional do Imposto de Renda em Curitiba, a Comissão constituída dos funcionários e peritos Bruno Haun e outros especialmente nomeados por aquela mesma Delegacia, para apurar através daquele estabelecimento de crédito, as possíveis evasões ou sonegações desse tributo.

Sala das Sessões, em 16-6-58. — Othon Mäder.

Requerimento n. 244, de 1958

Necessitando obter informações seguras acerca das atividades do órgão oficial a Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC) no setor da Inspeção Geral de Bancos, requero à

Mesa do Senado, nos termos do Regimento Interno, que se digne solicitar ao Sr. Ministro da Fazenda, cópia fiel e integral da carta que, à guisa de relatório prévio, foi dirigida, em 8 de novembro de 1957, pelo Inspetor de Bancos da 8.ª Delegacia da SUMOC em Curitiba, ao respectivo Delegado, expondo suas primeiras impressões a respeito da inspeção que estava iniciando no "Banco do Estado do Paraná S/A.", com sede em Curitiba, e bem assim da carta com que em 13 de novembro do mesmo ano, o referido Delegado encaminhou à Inspeção Geral de Bancos, no Rio de Janeiro aquela primeira missiva.

Sala das Sessões, em 16-6-58. — Othon Mäder.

Requerimento n. 245, de 1958

Necessitando obter informações seguras acerca das atividades do órgão oficial a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), requero à Mesa do Senado, nos termos do Regimento Interno, que se digne solicitar ao Sr. Ministro da Fazenda, cópia fiel e integral dos relatórios da última inspeção realizada pela Delegacia da 8.ª Região (Estado do Paraná) da SUMOC, no "Banco do Estado do Paraná S/A.", com sede em Curitiba pelos Inspetores Paulo Pereira Barreto, Julio Manfredini Junior e Eduardo Munhoz, e bem assim da carta com que o Delegado da citada 8.ª Região, encaminhou os referidos relatórios à Inspeção Geral de Bancos, no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 16-6-58. — Othon Mäder.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 133 do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1958, que isenta da taxa de contribuição de previdência para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidos de utilidade pública cujas Diretorias não percebiam remuneração em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude de requerimento n.º 235 de 1958, do Sr. Cunha Melo e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 10 do mês em curso, tendo parcelar pela inconstitucionalidade, da Copisação de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão anterior).

O SR. PRESIDENTE:

A discussão preliminar sobre a constitucionalidade do projeto foi encerrada na sessão anterior.

Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela inconstitucionalidade do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Está rejeitado.

O projeto é considerado constitucional, devendo ser incluído na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária seguinte a presente.

Votação, em discussão única, (nos termos do art. 130, § 2.º, do Regimento Interno), do Requerimento n.º 237, de 1958, do Senhor Filinto Müller e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações com o "Diário da Notícias" pelo transcurso de mais um aniversário desse órgão da imprensa carioca.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Votação, em discussão única, nos termos do art. 130, § 2.º do Regimento Interno) do Requerimento n.º 238, de 1958, do Senhor Gilberto Marinho e outros Senhores Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações com o "Última Hora", pelo transcurso de mais um aniversário desse órgão imprensa carioca.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Para explicação pessoal. — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Senado acaba de aprovar, com grande justiça e procedência, votos de congratulações pela passagem dos aniversários do Diário de Notícias e da Última Hora.

Creio cometeríamos grave e irreparável injustiça se deixássemos também de registrar o aniversário do Correio da Manhã, Transcorrido ontem, domingo, não foi possível apresentar o requerimento congratatório em relação ao admirável matutino fundado por Edmundo Bitencourt.

Se, contudo, não vai o Senado votar e se houve essa impossibilidade, mais razão existe para que registramos o júbilo de todos nós pela conquista do Correio da Manhã de mais uma etapa na sua brilhante trajetória a serviço da Democracia e do Brasil.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Exa. uma aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — Embora tenha tido várias divergências com o Correio da Manhã, solidarizo-me com V. Exa., em nome do Partido Social Democrático na justa homenagem que está prestando a um dos maiores órgãos da nossa imprensa. Acentuou V. Exa. a impossibilidade de o Senado votar, no transcurso da data, requerimento de congratulações; mas a palavra autorizada do eminente representante do Rio Grande do Sul vale por um requerimento. Estou certo de que não lhe faltará o apoio de todas as Bancadas do Senado da República.

O Sr. Mourão Vieira — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com satisfação.

O Sr. Mourão Vieira — O Partido Trabalhista Brasileiro acompanha V. Exa. na justa homenagem que está prestando ao grande órgão da Imprensa Brasileira, o Correio da Manhã. Associo-me às congratulações de V. Exa. e transiro à palavra do nobre colega os elogios que esse grande órgão da Imprensa merece de toda a população brasileira.

O SR. MEM DE SA — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Rui Palmeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com satisfação.

O Sr. Rui Palmeira — Em nome da Bancada da União Democrática Nacional, expressei nossa solidariedade à manifestação de V. Exa. no transcurso de mais um aniversário do *Correio da Manhã*. As palavras de V. Exa. devem ser consideradas como prêmio aos grandes e inestimáveis serviços que aquele grande jornal tem prestado ao povo brasileiro.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com todo o prazer.

O Sr. Novaes Filho — V. Exa., uma das vezes mais expressivas e autorizadas do Partido Libertador, já interpreta com as suas palavras, o nosso pensamento. Desejo, entretanto, congratular-me pessoalmente com o nobre colega pela sua iniciativa e dizer que, realmente, a trajetória palmilhada pelo *Correio da Manhã* é das mais brilhantes e mais úteis à coletividade brasileira.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muita satisfação.

O Sr. Lino de Mattos — Ao interpretar o pensamento da Bancada do Partido Social Progressista, desejo registrar nos Anais do Senado da República, no aparte que incorporei ao justo e oportuno discurso de V. Exa., nobre Senador Mem de Sá, que deve constituir motivo de ufânia para os espíritos amantes do regime democrático a passagem de mais um ano de existência do tradicional e altamente prestigioso *Correio da Manhã*. Em verdade, trata-se de criação da imprensa brasileira, merecedora das homenagens consagradas que recebe de todos os intérpretes das agremiações partidárias. O *Correio da Manhã* é tribuna livre franqueada às reivindicações de tudo que diz respeito aos interesses da coletividade e voz que não se cala na defesa das causas que abraça. Ficam, portanto, repeto, neste aparte, as homenagens do Partido Social Progressista, aos Diretores, ao Corpo Redacional e a todos os Servidores do *Correio da Manhã*, pela passagem da data da fundação desse extraordinário jornal brasileiro.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Ouço o nobre colega.

O Sr. Gilberto Marinho — Pediria a V. Exa., já agora autorizado intérprete do pensamento das diversas correntes políticas do Senado, consignasse expressamente na brilhante oração que está proferindo, o apoio da representação do Distrito Federal, que tantos e tão assinalados serviços deve ao *Correio da Manhã*.

O SR. MEM DE SA — Estou imensamente agradecido aos eminentes e nobres colegas que, com seus apartes, trouxeram às minhas palavras a autoridade e o brilho que lhes faleciam. Agora sim — posso dizer — louvando-me nas manifestações, sobretudo, na do eminente Líder da Maioria, Senador Filinto Müller, que se não houve, por impossível, requerimento congratulatório com o *Correio da Manhã* nem por isso deixou de ser evidentemente homenageado, tais as manifestações de apreço, de estima e de louvor parti-

das dos representantes das diversas Bancadas nesta Casa.

Sr. Presidente, já agora, não apenas em meu nome pessoal e no de meu Partido, mas no de todo o Senado, posso dizer que o *Correio da Manhã* é, na imprensa brasileira, um dos mais altos expoentes de civismo, de elevação e de dignidade.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — Associo-me à homenagem que V. Exa. presta ao *Correio da Manhã*, grande órgão de nossa imprensa, cuja vida acompanho desde seu primeiro número. Posso testemunhar que, em sua longa trajetória, sempre foi exemplo de dignidade, de coerência e de civismo.

O SR. MEM DE SA — Muito agradeço o brilhante aparte do eminente Senador Fernandes Távora.

O *Correio da Manhã* é realmente um dos jornais mais completos, não apenas entre os do Rio de Janeiro, mas do Brasil e da América do Sul, quer do ponto de vista técnico-gráfico, quer, sobretudo, do ponto de vista cultural e intelectual, tal a abundância de suas seções e a qualidade de seus Colaboradores e Redatores.

Além desse primor de forma e substância, que se encontra no grande matutino, há que ressaltar a comutatividade, já característica, em defesa dos princípios e da liberdade democráticos.

Por todas essas razões, apresento os cumprimentos e as congratulações do Senado Brasileiro ao *Correio da Manhã* e ao seu eminente Diretor Paulo Bittencourt, que sabe ser digno herdeiro do grande Edmundo Bittencourt, o incomparável e inesquecível jornalista fundador da grande folha brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas).

Votação, em discussão única, do Requerimento número 241, de 1958, do Senhor Cunha Melo, e outros Senhores Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 158, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 96, de 1958, que estende aos militares da Marinha incapacitados em consequência de ferimentos em combate ou acidente em serviço ou doença contrada ou agravada no teatro de operações da última guerra, os benefícios da Lei número 2.378, de 24 de dezembro de 1954, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em virtude da aprovação do requerimento, o projeto entrará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária após esta.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Requerimento número 242, do Senhor Nelson Firmo, lido e apoiado na hora do expediente, de transcrição nos Anais do Senado, de entrevista do Embaixador Oswaldo Aranha à órgão da imprensa desta capital.

Não havendo quem pegue a palavra encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que aprovam o sentados. (Pausa).

Está aprovado. A entrevista será publicada.

O SR. NEVES DA ROCHA:

— Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Neves da Rocha, para explicação pessoal.

O SR. NEVES DA ROCHA:

(Para explicação pessoal — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acabo de receber telegrama da Bahia, de parte do Sr. Elísio Nunes Presidente do Instituto do Cacaú, redigido nos seguintes termos:

“Foi bem recebida a notícia hoje divulgada no ‘Diário de Notícias’, sobre a reclamação da concessão do dólar para a aquisição de material telefônico das cidades de Ilhéus e Itabuna cujo processo encontra-se paralisado na SUMOC, desde 25 de março, sob o número 225-58, trazendo grande prejuízo à instalação do serviço telefônico automático, grande aspiração da região cacauífera que muito tem concorrido com dólares para o nosso país. Faço veemente apelo a V. Ex.ª, no sentido da solução do assunto como de justiça, não perdurando de longas no atendimento. (a) Elísio Nunes, Presidente do Instituto do Cacaú.”

Sr. Presidente, há poucos dias, o eminente colega da Bancada baiana, Senador Juracy Magalhães, recebeu, de Municípios importantes do nosso Estado, como Ilhéus e Itabuna, telegramas de associações de classe, das Associações Comerciais, das Associações Rurais, dos Rotary Clubes e Lions Clubes desses dois Municípios, assim como das suas Prefeituras. Todos solicitavam de S. Ex.ª intercedesse junto aos Poderes Públicos, a fim de que lhes fosse concedida prioridade cambial para a importação do material necessário à reorganização da grande empresa telefônica de Ilhéus e Itabuna.

Estava eu presente quando S. Ex.ª pediu ao eminente Líder da Maioria, Senador Filinto Müller, sua intercessão valiosíssima junto ao Sr. Presidente da República, no sentido do atendimento da solicitação.

Em face do telegrama que tenho em mãos, e li para conhecimento da Casa, renovo o pedido, esperando que o ilustre Senador Filinto Müller intervenha junto ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Fazenda ou à SUMOC, para que seja dada a prioridade cambial pleiteada.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Com todo o prazer!

O Sr. Filinto Müller — Já tive oportunidade de transmitir ao Sr. Presidente da República o apelo da Bahia, através de uma das suas mais ricas regiões; e S. Ex.ª já determinou ao Ministério da Fazenda o exame urgente da matéria, que tanto interessa à Bahia, como bem demonstra V. Ex.ª, vindo à tribuna para renovar o apelo feito aos órgãos governamentais.

O SR. NEVES DA ROCHA — Recebo, com grande satisfação, a notícia que me acaba de dar o eminente colega, Senador Filinto Müller. Hoje mesmo, telegrafei ao Sr. Elísio Nunes Presidente do Instituto do Cacaú, transmitindo-a.

Sr. Presidente, congratulo-me com a minha terra por haver o Sr. Presidente da República determinado ao Sr. Ministro da Fazenda o exame urgente da solicitação dos Municípios lido de Itabuna e Ilhéus. Será de grande vulto a ligação telefônica entre aqueles Municípios, que tanto

concorrem para a grandeza da Bahia. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Amanhã não haverá sessão do Senado.

Reunir-se-á o Congresso Nacional em sessão conjunta, para apreciar veto presidencial a dispositivos do projeto de lei que estende aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social os benefícios do art. 3.º da Lei n.º 3.322, de 26 de novembro de 1957.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima quarta-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 18 de junho de 1958

Matéria em regime de urgência

1 — Continuação da discussão única (quanto ao mérito) do Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1958, que isenta da taxa de contribuição de previdência para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública cujas Diretorias não percebam remuneração (em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do requerimento n.º 235 de 1958, do Sr. Cunha Melo e outros Senhores Senadores, aprovado na sessão de 10 do mês em curso), dependendo de pareceres das Comissões de Legislação Social; de Economia e de Finanças.

Matéria em tramitação normal

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1955, que aprova os dois Protocolos relativos a emendas à “Convenção sobre Aviação Internacional” (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 235, de 1958).

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 199, de 1957, que estende aos proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por cardiopatia grave ou mutilação a isenção determinada no § 2.º, letra f, do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre a Renda, tendo pareceres favoráveis, sob números 217 a 220, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça de Serviço Público Civil e de Segurança Nacional e de Finanças, com as emendas que oferece de ns. 1-C e 2-C.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para construção dos prédios das Agências Postais Telefônicas, nas cidades de Chapecó e Dourados, Estados de Santa Catarina e Mato Grosso, tendo parecer favorável, sob n.º 201, de 1958, da Comissão de Finanças.

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1958, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para o exercício de mandato legislativo federal tendo pareceres, sob ns. 224 a 226, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Serviço Público Civil favorável, com a emenda que oferece, de n.º 1-C; e de Segurança Nacional favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Serviço Público e apresentando novas emendas de ns. 2 e 3-C.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1958, que retifica o art. 1.º da Lei n.º 3.367, de 26 de dezembro de 1957, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00

mensais a Amália de Carvalho Cunha filha do ex-professor Felisberto de Carvalho, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 227 e 228, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

7 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 76, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a doar aos seus ocupantes as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporado ao Patrimônio da União Federal, em virtude de deferimento, em seu favor, da herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim, e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob n.º 205, de 1958 da Comissão de Finanças.

8 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.400.000,00, para atender a despesas com a criação de funções de extranumerário-tarefeiro no Departamento dos Correios e Telégrafos tendo parecer favorável sob n.º 206, de 1958, da Comissão de Finanças.

9 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1958 que prorroga, pelo prazo de dois anos a vigência do crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, de que trata a Lei número 3.032, de 19 de dezembro de 1956, tendo parecer favorável, sob n.º 231, de 1958, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

ENTREVISTA DO SR. EMBAIXADOR OSWALDO ARANHA, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 242, DE 1958, DO SR. NELSON FIRMO, APROVADO NA SESSÃO DE 16-6-1958.

*AS CARTAS KUBITSCHKE-EISENHOWER E O PAN-AMERICANISMO

Embaixador Oswaldo Aranha:

*MUCHO AMERICANISMO E POCO PAN" NO PAN-AMERICANISMO, JÁ DIZIA UM AUTOR MEXICANO

Criticando a resposta que o Presidente Eisenhower mandou à carta do Presidente Kubitschke sobre o Pan-americanismo, o Embaixador Oswaldo Aranha respondeu a seis perguntas que o Jornal do Brasil lhe fez.

As perguntas:

1. Quais as medidas concretas que o Brasil deve propor aos demais países do Continente, e principalmente aos Estados Unidos, para uma revisão da política Continental?

2. Qual deve ser, em termos práticos, a contribuição brasileira a essa nova política?

3. Como se poderia conciliar o nacionalismo e, em particular, a nossa política petrolífera, com uma política de mais estreita colaboração com os Estados Unidos?

4. Que deve o Brasil oferecer aos Estados Unidos e o que deve pedir aos Estados Unidos, em termos práticos, para uma estreita colaboração econômica?

5. Essa colaboração econômica em novas bases exigiria mudanças imediatas na orientação de nossa atual política econômica em relação aos Estados Unidos? Quais?

6. Como poderia o governo dos Estados Unidos contribuir para a superação da atual crise do café brasileiro no mercado mundial?

As respostas do embaixador não acompanharam as perguntas:

— Respondendo aos seus quesitos com certo constrangimento. Não fora uma solicitação do Jornal do Brasil e eu

preferiria silenciar. Os assuntos internacionais e, no caso, o pan-americano, são por demais delicados e responsáveis para improvisações e entrevistas — disse ao Jornal do Brasil o Embaixador Oswaldo Aranha.

“Parece-me”, continuou, “mais avisado, aguardar o término das conversações iniciadas pela oportuna e altamente inspirada carta de nosso presidente para, então, quando se iniciarem, propriamente, as negociações e conferências, falarmos, dando objetiva e brasileiramente os nossos pontos de vista”.

A CARTA DE EISENHOWER

— Toda antecipação, em política internacional, é um erro. A política é uma resultante, não é uma premissa, no campo das relações mundiais. A carta de nosso presidente é um documento que honra as tradições de clareza, medida e visão de nossa diplomacia. É uma sugestão e uma advertência. Registra uma realidade e mostra a necessidade de modificá-la no interesse da comunhão continental. Já não é nos mesmos termos a do eminente e glorioso presidente dos Estados Unidos. Não se filia esta carta aos precedentes, iniciados com a famosa mensagem de Bolívar, que deu origem ao pan-americanismo, e nem mesmo aos das correspondências de Jefferson com os inconfidentes mineiros e tantos outros documentos da vasta literatura política das Américas — disse o Embaixador Oswaldo Aranha.

“É um documento”, prosseguiu, “restrito e restritivo em que o líder continental e mundial pede ao Brasil sugestões concretas, quando as devia apresentar ou anunciar a todos os povos americanos. Foi este o sentido e até o objetivo do nosso presidente a interpretar as aspirações atuais do Continente. Se ao Brasil coubesse apresentar as sugestões e medidas concretas para a solução da crise continental não teria por que se dirigir unicamente aos Estados Unidos, vez que a organização pan-americana baseia-se na feição da igualdade política de nossos países. Se o nosso presidente, com acerto e visão, dirigiu-se ao seu eminente colega norte-americano foi, justamente, para chamar a atenção do grande país, líder legítimo e natural das Américas, depositário de recursos e responsabilidades que não teme outro país no concerto mundial, para os problemas dirigir unicamente aos Estados Unidos, mas a todos os povos americanos, uma concreta, objetiva, ampla e até generosa aos reclamos de uma solução geral para esses problemas, como fizeram outros presidentes norte-americanos, por várias vezes, inclusive por ocasião dos dois últimos conflitos mundiais.”

Única Sugestão

— A expectativa do Brasil, nobre e generosamente inspirada e enunciada em termos pan-americanos, mais do que brasileiros, como convinha e urgia, não corresponderam os termos vagos e restritos da resposta americana, que não poderia deixar de ser imediata e amistosa, mas, que deixou de ser, como, a meu ver deveria ser, uma mensagem de confiança e solidariedade para as atormentadas aflições, próprias e mundiais, por que atravessa a família continental. A única sugestão da carta americana, além da de nosso presidente ouvir e falar ao mensageiro Subsecretário de Estado, refere-se a futuras conversas e visitas e cobra o cumprimento de uma só das muitas resoluções de Caracas, que diz não só com problemas econômicos e políticos da América mas com obrigações de ordem mundial a serem assumidas por nossos países — disse o embaixador.

“Não foi esse”, continuou o Sr. Oswaldo Aranha, “o objetivo do Bra-

sil. Nosso País, como no passado e por muitas vezes, procurou alertar os povos americanos e, em particular, o seu grande amigo e líder do Continente, para os problemas continentais. Esses, a meu ver, como supunho de nosso presidente, estão a reclamar uma consideração imediata, direta e objetiva, uma vez que a situação mundial nos vem, de há anos, desviando para outros setores da política internacional, não só com prejuízo para a coesão, como para a solidariedade e desenvolvimento e bem-estar de nossos povos, a ponto de provocar, além do mal estar geral, manifestações apaixonadas, injustificadas e até contrárias às nossas tradições de hospitalidade, como, no caso, feitas ao Vice-Presidente Nixon, um dos mais sinceros e devotados amigos nossos, no atual governo republicano dos Estados Unidos. Esperemos, porém, que essa correspondência marque mesmo o início de uma nova era para o pan-americanismo. Não é objetivo do Brasil, como afirmou com elevação e segurança, o nosso presidente, liderar esta era, mas reclamá-la, não para nós, mas para todos com uma imensa tarefa a reconstrução continental e a mundial.”

Crise Continental

— A crise da vida continental, política, econômica e até social, registrada na carta de nosso Presidente, é de uma evidência irrecusável. Não é, nossa, é de todos e até dos próprios Estados Unidos, ao que se lê diariamente nos seus jornais. Uma revisão dessa situação, urgente, em todos os campos, do político ao social, do econômico ao financeiro, do industrial ao comercial, do funcional ao do investimento, do diplomático ao cultural, do civil ao militar, para podermos preparar os povos americanos para uma atitude comum, efetiva e insubornável necessária à defesa de nossa forma tradicional de trabalhar, de viver e de conviver, base mesma do pan-americanismo. A realidade atual não oferece boas perspectivas para essa tarefa, tantas vezes desmentida no passado, de apoio à causa democrática nos conflitos mundiais, uma vez que nossos povos, no pós guerra, foram relegados, em seus imperativos interesses de progresso e desenvolvimento, pela atenção das grandes potências, em particular dos Estados Unidos, para outros setores, regiões e até continentes. Disse isso na ONU, falando pelo Brasil:

“Por mais de um século aderimos aos princípios e propósitos do pan-americanismo, que mantém nosso continente não só como um mesmo território mas como um mesmo sentimento e uma só atitude internacional. O pan-americanismo integrou-se na ONU para servir à paz e aos interesses, ao progresso e ao bem-estar de todos os povos. Dos bilhões castos pela América e do mundo, após a instalação da ONU, quase nada coube aos países continentais. Os governos americanos não só apoiaram, como aplaudiram, a atitude de seu grande líder nessa ajuda à Europa, à Ásia e à África em um ano somente maior do que a estendida a nossos países, desde que fundamos a União Pan-americana. A missão do pan-americanismo não era só continental, teria de se tornar mundial. Não foi propósito dos seus fundadores criar um sistema para tornar próspero e feliz o nosso continente em um mundo pobre, miserável e infeliz. Só povos que não são íntima e convencidamente democráticos poderiam pensar em criar uma civilização e uma cultura que não fossem para todos os povos”. E acrescentei, após outras considerações:

“A exacerbação do nacionalismo no mundo, por exemplo, é um efeito, não é uma causa. A falta de compreensão, a distribuição desigual dos recursos econômicos e financeiros, da

produção e seus excedentes, criaram, no mundo, essa e outras formas de reivindicações nacionais e populares. Os países menos desenvolvidos e os em pleno desenvolvimento como é o caso do Brasil, não podem ser responsabilizados por essas tendências e pela falta de confiança em uma racional e equitativa e operação mundial e até continental. Além disso, é natural que cada povo aspire a ser o senhor de si mesmo e do seu destino e queira viver com e para os demais povos, sem deles depender. Não desejamos empobrecer os ricos e nem enriquecer os fortes em nosso exclusivo proveito. Queremos um equilíbrio de poderes e sobretudo o livre acesso de todos os povos aos instrumentos de prosperidade e de bem-estar mundiais” — disse o Embaixador Oswaldo Aranha.

MESMO OBJETIVO

— O meu objetivo, com as palavras que proferi na ONU, foi o mesmo, enunciado pelo nosso presidente, e nem poderia deixar de ser, uma vez que essa foi e terá de ser a orientação do Itamarati, muito bem confiada ao Ministro Macedo Soares, um dos mais ilustres e fiéis servidores e construtores dessa política continental. Mas o panamericanismo não é matéria de fé e nem herança a benefício de inventário. Não é causa feita, mas a fazer e refazer todos os dias, como é preocupação de nosso chanceler e foi sempre do Brasil. A correspondência dos presidentes, a próxima vista de Foster Dulles, a repercussão favorável da nossa atitude na Argentina, nossa vizinha e irmã mais próxima e nos demais vizinhos e irmãos continentais e, mais ainda, nos Estados Unidos, na imprensa e na opinião oficial e popular, oferecem a oportunidade, pela qual tanto ansiavam nossos povos, para repor o panamericanismo na sua função continental e nas suas finalidades mundiais. Estou convencido de que o governo norte-americano está deliberando agora, a enfrentar conosco e com todos, a tarefa de, sem descuidar dos problemas mundiais, nos organizarmos, no Continente, não só para o nosso progresso e desenvolvimento, como, com os Estados Unidos e o Canadá, para representarmos o elemento decisivo, democrático e pacífico, capaz de defender e assegurar a paz mundial. Este sempre foi o ideal das Américas e a razão final da união dos povos americanos: ajudarem-se uns aos outros à sua grandeza e bem-estar para melhor ajudar ao mundo, à democracia e à paz. Conheço e admiro o Secretário de Estado Foster Dulles e eu, em conversa na ONU, sugeri a sua visita ao Brasil apontando-lhe as vantagens e benefícios desse contacto seu com os brasileiros. Trata-se de um homem eminente pela inteligência, pela cultura, pela devoção ao direito, pelo amor à paz. A sua visita fará com que ele nos conheça mais e passe a em nós confiar, porque o Brasil não sabe faltar aos seus ideais e aos seus amigos, entre os quais os Estados Unidos ocuparam sempre um lugar nas nossas preferências, na paz e na guerra. Terá, então, nosso governo, oportunidade de tratar e discutir com um homem tão sincero e eminente, que dele se pode discordar, mas para admirá-lo e respeitá-lo cada vez mais como ao presidente e ao país que sabe representar. Então, acredito, com a assistência de todos os povos americanos, uma nova era se inaugurará, de prosperidade, segurança e solidariedade da família continental. A América do Norte e do Sul tem mais de 350 milhões de habitantes e riquezas e reservas imensas a incorporar à civilização mundial. Ao fim deste século, se se ajudarem os povos continentais, a América será o continente sobre o qual se terá de apoiar o progresso e o bem-

estar e a paz mundiais. Não adianta, uma afirmação sem fundamentos e nem anúncio uma fantasia ou uma aspiração irrealizável.

Fator decisivo

Disse o embaixador que "o estudo das condições mundiais mostra a evidência, que já agora, graças aos Estados Unidos, é a América a fonte maior de progresso, de produção e de realizações mundiais. Se ao J. J. do Norte juntarem-se os demais povos americanos, em conquistas e realizações civilizadoras, como é feto do pan-americanismo, grandes povos, entre os quais o nosso, irão imprimir à América prosperidade, grandeza e poder sem paralelos. E' para a consciência dessa realidade, que está em nossas mãos construir, que estamos convocados, quando o mundo ameaça ruir sobre seus próprios alicerces. E' com orgulho de filho servido, do pan-americanismo que aplaudo, confio e espero o êxito, já inevitável, da iniciativa brasileira, da acatada americana e agora, argentina e, acredito, da dos demais povos continentais, para a organização, em bases atuais, exigidas pela situação mundial, das nações continentais. Será este, a meu ver, para a obra da ONU e para o prosseguimento dos esforços pacíficos dos grandes povos o mais decisivo fator na expectativa ansiosa e inadiável, de dias mais confiantes e tranquilos, não só para os povos, como para todas as culturas, de todas as regiões, raças e religiões do mundo atual. Devemos estar de parabéns, os brasileiros. Não foi sem acerto e visão que Aulfo Berle, um dos mais eminentes pensadores contemporâneos, em seu notável livro *Tides of Crises*, estudando a situação mundial, escreveu, comparando as potências mundiais:

"O terceiro contendor é o Brasil. Com uma área igual à dos Estados

Unidos, mais outro Texas, com uma população de 60 milhões, crescendo atualmente de um milhão e meio, com uma capacidade de organização a ser ponderada, riquezas conhecidas e comparáveis às nossas, é uma nação que chegará ao fim do século com mais de 125 milhões, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante não só no mundo latino das Américas como da Europa".

Problemas da América

— As dúvidas, as reservas, as desconfiças, as queixas e as hesitações existentes entre os povos americanos, que deram lugar à carta do nosso presidente, desaparecerão, ao primeiro exame e encontro de nossos povos e governos e os problemas que afligem a família continental, de origem própria e mundial, terão a solução desejada e necessária ao fortalecimento econômico, político e geral do pan-americanismo e de cada uma de todas as nossas nações. Um crítico mexicano definiu o pan-americanismo e como sendo a doutrina em que "hay mucho americanismo e poco pan". Nós brasileiros costumamos repetir a versão popular de que "em casa onde não há pão todo mundo grita e ninguém tem razão". E' este, para responder aos seus questionamentos o problema da América: desenvolver nossas riquezas e possibilidades, imensas para que nossos povos possam viver, como e trabalhar melhor. Esta é a tarefa suprema nossa e de todos. E' nela que se deve fixar a obra pan-americana e a de cada um de nossos países. E' uma obra conjunta e não individual. Nenhuma nação se basta a si mesma e nem se poderá bastar. A interdependência é a forma de assegurar a própria independência no mundo atual. E' nisso que reside o poder do pan-americanismo, na associação livre e igual de

povos independentes para uma vida comum pacífica, abundante e melhor. A interdependência quando procurada e aceita em uma organização continental como a pan-americana, é a consciência e a prática da independência nacional. O Brasil por exemplo, nada quer receber sem dar sem receber. E' essa sua política na América e no mundo e é essa a política que a nossa era pan-americana deverá inaugurar no interesse próprio e mundial. Acredito, assim, ter respondido às suas perguntas.

ATA DA ASSEMBLEIA PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NA COMISSÃO DE PROMOÇÕES, REALIZADA A 13 DE JUNHO DE 1953.

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e oito, às dezessete horas e trinta minutos, o Sr. Senador Cunha Mello declarou abertos os trabalhos de eleição para a vaga de membro da Comissão de Promoções, aberta com a renúncia do Sr. Antônio Júlio Pires. Convida para Secretários da Mesa o Sr. Mello dos Santos Andrade e a mim, Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

O Sr. Presidente lê, a seguir, o edital de convocação, após o que se processa a chamada dos votantes. Encerrada esta, o Sr. Presidente convida para escrutinadores os Senhores Edson Ferreira Afonso e José Celestino Pessa. Assinam a lista de votantes cento e noventa e dois eleitores, total este que coincide com o número de votos encontrados na urna. Procedida a contagem dos sufrágios, observou-se o seguinte resultado: Paulo Figueiredo, um voto; Luiz Nabuco, um voto; Júlio Pires, um voto; Evandro Viana, um voto; Clorice Sobral, um voto; Rubens Pinto Duarte, um voto; Ivan Palmeira, um voto; Amélia Cortes, três votos; Aurea Régio Barros, três votos; Ary Kerner Veiga de Castro, doze votos; Maria Coelho, cento e dezanove votos; e branco, quarenta

e seis votos, nulos, dois votos. Face ao exposto, o Sr. Presidente proclama eleita, para preenchimento da vaga na Comissão de Promoções a Senhora Maria Tavares Barreto Coelho. Após a proclamação desse resultado, o Sr. Presidente agradece o comparecimento dos senhores funcionários e a colaboração dos secretários e escrutinadores, dando por encerrados os trabalhos. Para constar, eu Luiz Carlos Vieira da Fonseca, lavrei a presente ata.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 26 DE 13 DE JUNHO DE 1953

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Ary Kerner Veiga de Castro, Oficial Legislativo, PL-5, Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, classe "N", Joaquim Costa, Administrador do Edifício, PL-7 e Antônio Roque dos Santos Auxiliar de Portaria, Classe "J", para constituírem, sob a presidência do primeiro, a Comissão incumbida de fazer inventário de todos os móveis existentes no edifício do Senado, inclusive tapeçarias e objetos de adornos, automóveis, relógios e quaisquer aparelhos considerados material permanente.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de junho de 1953. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 27 DE 13 DE JUNHO DE 1953

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Maria Stella Tibau Guimarães, Auxiliar Legislativo, classe "J", para ter exercício na Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de junho de 1953. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.